

Director e Administrador
Oliveira Tavares

Editor
Maximino Abranches

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

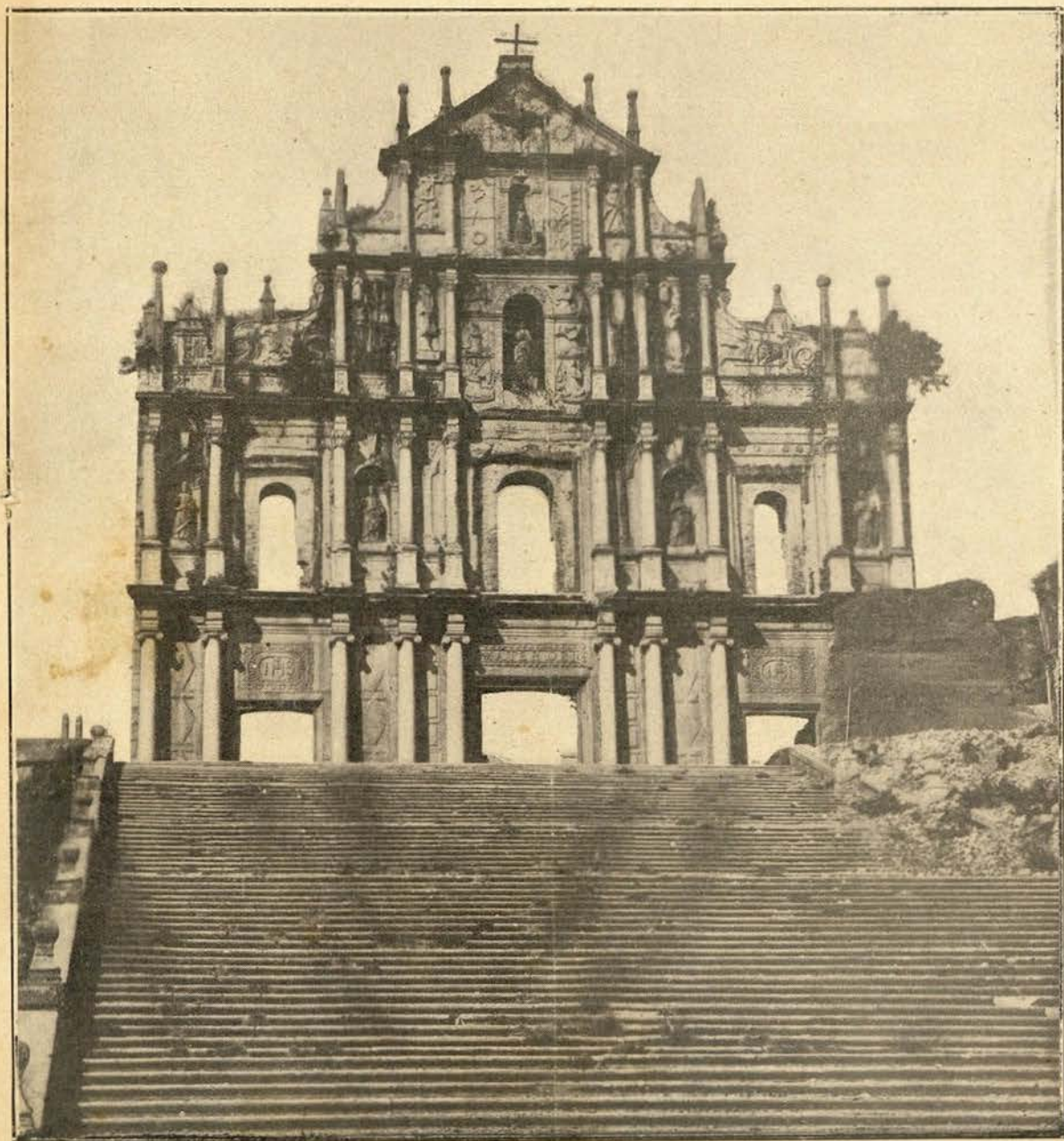
GAZETA DAS COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diario de Noticias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS
MONUMENTOS COLONIAIS



MACAU — Fachada do antigo convento de S. Paulo.

COLABORAÇÃO

No sentido de dar á discussão dos variados e complexos problemas coloniais a maior largueza e de originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais, procura a «Gazeta das Colonias» conseguir uma larga colaboração, tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas, por parte de todas as entidades, que melhor conhecem os assuntos coloniais e que por isso mais decisivamente podem intervir no seu estudo.

Desde já, é a «Gazeta das Colonias» honrada com a colaboração dos Ex.^{mos} Srs. :

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de distrito), Dr. Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de districto), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Alm. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoegas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Comissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo Director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

Espera a «Gazeta das Colonias», que independentemente de solicitação especial, todas as colectividades do Ultramar, (como Conselhos do Governo, Municipalidades, Comissões de melhoramentos, Associações Comerciais e Industriais, agremiações scientificas, ou de outra natureza), que tenham parte na valorização dos nossos dominios coloniais, lhe honrem as colunas com a sua opinião autorizada pelo estudo local e inspirada no interesse que a nossa colonização, por certo, lhes merece.

Aos colonos que lá longe dispendem o melhor do seu esforço, trabalhando pelo bom nome de Portugal, e cuja acção nem sempre é conhecida, faculta a «Gazeta das Colonias», as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opiniões, a que a dura experiencia dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta das Colonias» protesta o seu respeito e confia a realisação da obra que se propõe empreender e na qual não poderá ter mais que uma modesta participação.

SECÇÕES

É facilmente explicavel que não possamos, já de inicio, abrir todas as secções que tencionamos incluir na *Gazeta das Colonias*.

Entre ellas figura a de «Estatistica Colonial», a que dedicaremos um especial cuidado, atenta a importancia que lhe atribuímos. Para tornar essa secção tão proveitosa quanto possivel, fazendo dela uma base segura para o estudo da actividade colonial, além dos elementos que solicitámos, aceitaremos, com prazer, quaisquer outros que nos sejam fornecidos sobre: produção, cotação de produtos, as cultivadas, mão de obra empregada, gado, exportação, importação, etc.

A hygiene colonial tem igualmente um logar na «Gazeta» procurando-se em algumas considerações ligeiras romper com certos processos prejudiciais, difundindo o conhecimento de algumas medidas de profilaxia, indispensáveis a quem vive nas colónias ou a elas se destina.

Outras secções serão criadas e desenvolvidas dentro das possibilidades da «Gazeta» atendendo-se sempre aos fins que esta se propõe realizar — *propaganda da nossa colonização, constantemente aperfeiçoada, pela introdução dum maior espirito scientifico em toda a acção colonial, quer colectiva, quer particular.*

AGENCIAS

A *Gazeta das Colonias* tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

No continente: — Para o Porto e Norte do Paiz — Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.^a

No Ultramar: — Para a Provincia de Angola — A Empreza de Publicidade «Angola». Limitada.

Para a Provincia de Moçambique. — *Lourenço Marques:* Ex.^{mo} Sr. Roque Ferreira (com acção nos distritos de Gaza, Quelimane e Tete). *Mocambique:* Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane:* Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala:* Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

Assinaturas e Anuncios

Tratam-se nas Agencias e na Administração: Rua do Diario de Noticias, 44-1.º — LISBOA.

Rectificação

Nas considerações que sobe o «Fomento de Moçambique» fêz S. Ex.^a o Alto Comissario desta provincia, saiu, por deficiencia de revisão *Sul do Save*, onde se devia dizer *Norte do Save*.

Por dificuldade de aquisição de papel apropriado foi retardada a saída deste numero, falta que esperamos nos seja relevada.

Lede-se ás pessoas a quem seja enviada a Gazeta das Colonias e que não desejem inscrever-se como assinantes, a fineza de devolver este numero á Administração, na Rua Diario de Noticias, 44-1.º.

2.º Congresso Colonial Nacional

O voto sobre transportação penal

NO 2.º Congresso Colonial foi apresentada uma Tese, proficentemente relatada pelo sr. dr. João Bacelar e versando o problema da deportação penal.

Muito claramente o ilustre relator, reconhecendo que na legislação respeitante ao assunto tem predominado sempre o objectivo de libertar a metropole de elementos *indesejáveis*, sem ao menos se procurar conciliar esse objectivo com qualquer intuito de colonisação, aponta os inconvenientes de tal orientação e nela filia a revolta das nossas Colonias contra uma prática, que elas reputam *vezatoria e prejudicial*.

Considera o sr. dr. João Bacelar, e consideramos nós, como absolutamente justificado o desejo que a metropole tenha de se livrar de elementos nocivos, que não podem ser acumulados em meios prisionais, onde toda a regeneração é impossível.

E' tambem para ponderar o reconhecido valor da pena de deportação como freio ao aumento da criminalidade, por ser, como é, uma das penas mais temidas.

Mas por outro lado é indispensavel não esquecer os interesses materiais e morais das nossas colonias, para onde não ha o direito de despejar, sem quaisquer precauções tudo aquilo que á metropole não convenha.

E' mister procurar conciliar as necessidades da metropole com os interesses das colonias, dando á medida de saneamento social que se impõe, uma feição colonisadora que a torne aceitavel, sem repugnancia, por parte das colonias.

Para se dar á pena de deportação esse objectivo colonisador, diz o sr. dr. João Bacelar, é necessario *«em primeiro lugar, que a mão de obra penal deixe de ser imobilisada em estabelecimentos fixos, ou locais já colonisados, onde constitue uma especie de SOCIEDADE PENAL cujos resultados são bem conhecidos..... Em vez de conservarmos os degradados nos centros de população e no litoral, devem ser enviados para o interior, onde, sob uma disciplina de ferro, devem ser applicados a trabalhos de primeira occupação. Destinem-se os degradados a abrir estradas, a construir linhas férreas, a arrotear terrenos, a realisar, emfim, a nossa soberania por*

uma occupação efectiva. Contituir colonias são fixas, mas moveis, colonias que percorram o territorio preparando-o para a colonisação livre, deve ser o objectivo da organização.

Depois de ter detalhado a sua fórmula de ver, conclue o ilustre relator que:

A pena de transportação não deve ser revogada visto ser uma necessidade da metropole que pôde converter-se em utilidade para as colonias; e para isso:

a) deve ser organizada em depositos penais por fórmula a não ameaçar a segurança e o contagio da colonia.

b) a mão de obra penal deve deixar de ser imobilisada, e constituir secções moveis que ocorram ás necessidades de preparação da colonisação livre.

Acetitando a doutrina da tese, a que nos vimos referindo, e talvez num desejo de que os males provenientes do actual regime de deportação fôsem rapidamente eliminados, sem dependencia dos longos e demorados estudos, que são do costume, apresentou o 2.º Congresso Colonial o seguinte voto:

«Que os actuais depositos de degradados sejam extintos e em sua substituição se criem colonias penais, em ilhas pouco povoadas, cuja situação seja o mais apropriada possivel ao objectivo que se tem em vista.»

Contra tal voto do Congresso Colonial, são mandadas centenas de deportados para Angola

Pouco mais de um mês decorrido sobre esta resolução do Congresso Colonial, saíram de Lisboa, a bordo do *Lima*, e com destino a Angola, mais de quatrocentos degradados.

Traduz este facto o desconhecimento, por parte do governo, do voto do Congresso, ou representa por parte do mesmo governo, a rejeição pura e simples desse voto?

Na primeira hipotese, mal avisada andou a mesa do 2.º Congresso Colonial não intervindo, apenas se desenhou a intenção de prosseguir no regime de deportação actualmente seguido. Na segunda das hipoteses caímos então na absoluta ineficácia dos Congressos, ainda quando a animá-los

apareçam por parte dos Altos-Poderes, os mais prometedores incitamentos, como aconteceu ao ultimo Congresso realisado.

Dir-se-ha ainda que não obstante a concordancia do governo com o voto do Congresso, se adotou ainda para esta leva de deportados o regime anterior, que não pôde ser modificado de pronto. Mas a isso oporêmos que, em nosso entender, preferivel seria protelar por mais algum tempo a saída desses condenados, que o não são de ha alguns dias apenas, mas de muitos meses, e promovê-la mais tarde em novo regime, evitando assim dispendios futuros com transferencias sempre custosas, ou uma duplicidade de regimes, sempre inconveniente e que se prolongará por tanto tempo, quanto o da pena que aos deportados de agora foi imposta.

Mas seja como fôr, o que é profundamente lamentavel é que os recentes protestos da provincia de Angola, por todos reconhecidos como justos, sejam assim desatendidos, quando a corrobora-os têm, sobre a opinião geral, o voto dum Congresso, onde os assuntos foram estudados, porventura, em parte, sem grande detalhe, mas sempre com honestidade e com manifesto desejo de acertar.

Manter o actual regime, considerado unanimemente como prejudicial para a disciplina da vida das colonias sem que tais prejuizos tenham sequer a compensa-los qualquer beneficio para a hygiene social da metropole, affigura-se-nos um grave erro.

As nossas colonias lutam hoje, na sua maioria, com situações difíceis, que não ha o direito de ir agravar, com procedimentos que as circunstancias não imponham absolutamente e que as poderão levar ao convencimento de que ha pelos seus legitimos direitos um menosprezo, que não pôde nunca estar no animo dos nossos governantes.

O problema da deportação penal está posto com clareza e apontada a sua melhor solução; que se estude quanto antes a fórmula de realisar esta, é o nosso desejo, é o legitimo desejo de todos os que se interessam pelo bem estar e pelo progresso das colonias e pelo conceito em que Portugal deve ser tido como nação colonisadora.



DIVIDAS COLONIAIS

Interessante comentario ao problema que, sob esta epigrafe, foi posto pelo nosso illustre colaborador sr. Barros Queiroz

Meu caro Oliveira Tavares

SOBRE aquela epigrafe, e subscrito pelo nome venerando do Sr. Barros Queiroz, publicou a sua auspiciosissima *Gazeta das Colonias* um precioso artigo que, de facto, constitue um interessante problema de administração colonial. O Sr. Barros Queiroz é alguem que, neste charqueiro politico, consegue manter o seu caracter e a sua mentalidade muito acima das águas chócas em que medram as paixões ruins. E tanto basta para que a questão proposta se vista de importancia e se impôna á consideração de todos os que, embora modestamente, pelos destinos desta Pátria trabalham, num desejo forte de a vêr engrandecida e honrada, conquistando o lugar que, pelo seu Passado, bem merece no Futuro.

Começa o Sr. Barros Queiroz por assentar num principio que ninguem, de boa razão, poderá deixar de admitir:—a futura emancipação das nossas grandes colónias como a consequência fatal e lógica da sua evolução e do seu direito. E, partindo desta base, pretende que se determine por um estudo consciencioso qual a parte da divida portugueza que foi utilizada em beneficio das colónias para com ela se constituir a divida colonial, ficando cada colónia devedora da parte que em seu proveito tivesse sido empregada e até ao momento em que a Metrópole, como crêdora, resolvesse emitir titulos representativos do seu crédito e os vendesse. No parecer do illustre autor do artigo surge como ilógico que as grandes despesas feitas pela metrópole nas colónias em obras produtoras de riquezas sejam suportadas por nós e utilizadas por elas.

É este um problema que supponho inteiramente novo, porque jámais o vi debatido nos livros da matéria com que o meu espirito se recreia, e que por isso mesmo necessita de discussão ampla e profunda para que bem se meça a sua exequibilidade e a conveniência (ou inconveniência) da sua aceitação.

Considerações de peso há a opôr á doutrina do Sr. Barros Queiroz e algumas delas já foram intelligentemente apresentadas, na *Epoca* de 23 do mês corrente, pelo meu amigo e dis-

tinto delegado da India ao Congresso Colónial, Sr. Roberto Bruto da Costa, que açodadamente tomou o primeiro pósto de combate em defesa das colónias. E bem merecem estas que dos seus interesses se cuide, porque, como as mulas do almocreve, não ha ódre de carga que a Metrópole não tente amarrar-lhes ás cangalhas do dorso sem jámais levar em conta os serviços reais que elas lhes prestam.

É certo que a divida consolidada portugueza teve o seu início com a aventura de D. Manuel, que criou os *padrões de juro reais*. Custaram mais de 100 milhões de cruzados as 806 náus que, desde 1497 a 1612, foram construidas para o comércio e conquista do Oriente... e apenas 425 regressaram a salvamento ao pórtio de Lisboa. Eram enormissimas as despesas extraordinarias a que obrigavam as armadas, e as rendas do tesouro, não bastando para custear o delirio da aventura, obrigavam a recorrer á usura farisáica da Flandres, que emprestava em tais condições de juro que o dinheiro se dobrava em quatro anos,—como informava o Conde da Castanheira.

Razão assiste, portanto, ao Sr. Barros Queiroz quando nas nossas colónias vê uma boa porção dos encargos que pêsam sobre os orçamentos da Metrópole na cifra aterradora das suas dividas. Já em 1537 chegavam a 120 mil cruzados anuais só os *«cambios dos dinheyros tomados a emteresse.»*

Mas depois... quanta riqueza entrou, e se perdeu, e se esbanjou?

—Teria sido, realmente, um *«mau negócio a pimenta da India»*,—como pretendeu Oliveira Martins?—Talvez não fôsse... Só o estanco régio da pimenta dava ao Estado uma receita anual de 600 mil cruzados e mais cerca de 300 mil de direitos de entrada, correspondendo a pouco menos de 1/4 da receita global do país. Seria pouco?—Mas não era só isso que as náus traziam: e as quintaladas do arroz; e o cravo das Molucas; e o gengibre de Kolam; e a noz moscada de Banda; e a canela de Simhala; e as sedas da China; e as cambraias de Bengala; e os tapetes da Persia; e as pérolas do Japão e de Manaar; e os rubis do Pegú; e o sandalo, a cânfora, a teca e o ébano das florestas orientaes?

Seria pouco ainda?—Mas donde

saiu, então, o fausto da embaixada de Tristão da Cunha, que deslumbrou o povo de Roma em 1514? E os dotes rajanescos das infantas que, como a esposa de Carlos V e irmã de D. João III, subiram e 950 mil cruzados? E as riquezas da fidalguia de Portugal, que nos areais de Alcacer-Quibir foi sepultar o oiro rutilante dos seus gibões de veludo e de damasco e as pedras finas das tranças dos seus chapéus e dos punhos das suas adágas?

Foi um negocio a pimenta da India, hein?...—Pois como não havia de sê-lo, se a maior parte dêle se escoava pelas mãos dos reis e se perdia nas algibeiras dos *senhores e mareantes dos navios*, e dos *barões bravios* que eram a espada forte dos combates?

A pimenta da India succedeu o oiro do Brazil... E a quanto montou isso?—Sabe-se lá! Só as mãos beatas e perdulárias de D. João V receberam 700 arrobas de oiro em pó, 24.500 marcos de oiro em barra, 100 mil moedas de oiro, 130 milhões de cruzados, 315 marcos de prata, 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados em diamantes; e além de tudo isto, o *«produto do imposto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cêrca de milhão e meio de cruzados»*. Não bastaria esta riqueza imensa para pagar á farta tudo quanto as colónias nos haviam custado?—Pois... foram os conventos monumentais e a Roma papal que a levaram! Só *«Mafra devorou em dinheiro e gente mais do que Portugal valia»*; e Roma quinhou desta fortuna qualquer coisa que se computa em mais de 200 milhões de cruzados.

Acrescente-se ao que veio, o recheio dos galeões que se afundaram e daquelles que a pirataria da Holanda, da Inglaterra e da França nos arrebatou, e veja-se bem para que lado se inclinará a *«balança de pagamentos»* que o Sr. Barros Queiroz julga conveniente estabelecer.

Provera a Deus que rigorosas contas podessem sêr apuradas entre Portugal e os seus dominios para que servissem de proveitosa lição a todos nós. Assim se veria, então, como a nossa desgraça resultou exclusivamente dos nossos desatinos. E foram, talvez, as colónias as maiores victimas do desvaio em que, há seculos, andamos cavando a nossa ruína.

Ó que era delas, por aqui o desperdiçamos sem honra nem proveito. E as insignificantes migalhas que depois lhes demos para que á míngua não morressem,—essas, nem mesmo pagarão os prejuizos que hão sofrido com os diferenciais de bandeira e a protecção pautal que servem de esteio á indolência da economia metropolitana.

Mas, que assim não fósse, eu pergunto ainda:—haveria justiça em se debitar as colónias pelas subvenções que tenham recebido?

—Permito-me lembrar que no proprio artigo do Sr. Barros Queiroz se encontra razão que negue essa justiça:—é que—como S. Ex.^a diz—*uma colónia, para um povo colonizador digno deste nome, deve sêr tratada como se tratam as crianças; criam-se, edu-*

cam-se, prepara-se-lhes o caracter, ensinam-se. E, nesta mesma orientação, o dr. A. Bordier (*La colonisation scientifique*) sugere-nos... *«l'éducation d'un enfant coute beaucoup, ne rapporte rien et que les seuls bénéfiques, que le père soit en droit d'attendre du fils, sont les bénéfiques indirectes qui resultent, quand ce fils est grand, de son livre développement et de son livre amour.»*

Pois não será esta a verdadeira doutrina?—Pelo menos, é aquela que, sem repugnância, a minha consciencia aceita.

Mas ha, de facto, uma *vida colonial* imensa, que ninguem poderá negar:—é a das vidas que o mar tragou e do sangue que se verteu em todas as terras que o nosso heroísmo devassou. Porque não ha de fazer-se antes o apuramento dessa divida, colónia por colónia, para que dentro de cada uma o amor seja a moeda eterna com que se pague o esforço de Portugal em seu proveito e toda a Humanidade ajoelhe perante o montão de ossadas que este pequeno povo sacrificou á Civilização do mundo?

Já o fez a Belgica, que, num admiravel livro de Géo Morissens (*L'œu-*

vre civilisatrice au Congo belge) tem o martirologio impressionante da sua obra civilizadora. E que povo da Terra o teria maior do que o nosso?

Titulos, que se vendam,—a que pontos de aviltamento nos conduziria isso? Titulos, que nos honrem,—porque nos esquecemos nós de arrancá-los á poeira dos arquivos, preferindo sofrer o insulto dos mercadores que enriqueceram sobre os despojos do que era nosso?

Eis, meu caro Oliveira Tavares, o que pensa e sente ante o alvitro do Sr. Barros Queiroz este que, sendo talvez um lunático neste rincão de gente alegre em que tristemente vegeta, nem por isso deixa de sêr, muito sinceramente,

Seu muito amigo e admirador.

A. Leite de Magalhães

S. Mamede da Infesta.
27-6-924.

Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com o «Pulmo!». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

Companhia Nacional

DE

PRODUTOS COLONIAIS, L.^{DA}

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ

Transações sobre cacau,
café, cera, coconote e c. uros

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Muriço», preservativos de madeiras em variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotos e taboas, assim como travessas para camiões de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo-metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

SOCIEDADE AGRICOLA E COMERCIAL CAPELONGO, L.^{DA}

CAPELONGO (distrito da Huila) é o nó das estradas que se dirigem a CACONDA, HUAMBO, CUBANCO, EVALE e CUANHAMA e é re-

roz, trigo, milho, batata e cebola (tuberculos com 400 a 700 gramas), cultiva ricino, algodão, tabaco, café, agaves, etc. e prepara terrenos

para cultura em grande escala em todas as concessões. O algodão apresenta-se com 100 fiores por planta nova.

Em todos os terrenos limitrofes os indigenas cultivam o feijão, o maseango, o milho, a mambala, o tabaco, o ricino e o amendoim.

Os indigenas da região são doces e trabalhadores. A população da circunscrição figurou no ultimo recenseamento com 4.975 homens e 5.200 mulheres.

A mão de obra encontra-se facilmente na região de Capelongo e circunvisinhas.

São os terrenos eminentemente proprios para a criação do gado bovino, que a mesma Sociedade iniciou com cerca de 100 rezes sendo destas 516 vacas e 9 reprodutores de raça.

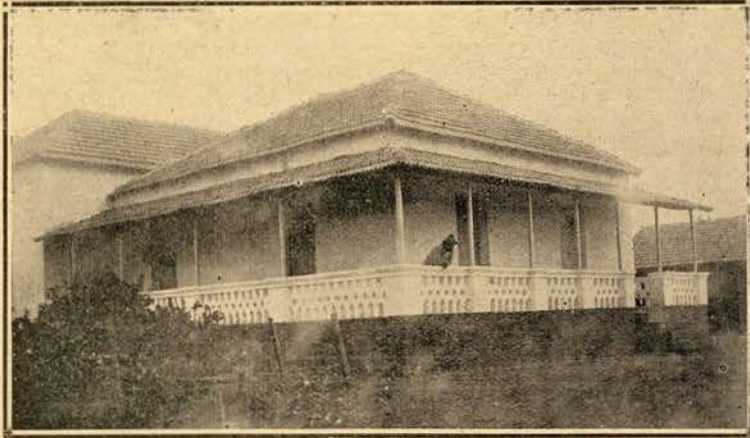
Numa das concessões iniciou também a referida Sociedade criação e engorda de suínos, com cerca de 200 animais, muitos deles cruzados de raça alentejana.

Principalmente nas concessões do sul, abundam boas madeiras que as oficinas da Sociedade estão transformando em material de construção e em artigos de mobilia.

Encontram-se na região varias especies de antilopes, o javali, o cavallo marinho e o elefante, lindas aves, e, no rio, abundante e excente peixe.

Junto da sede da circunscrição, em Capelongo, possui a Sociedade 10.000m² de terreno, onde estão construidas as residencias do administrador das fazendas e demais pessoal estabelecimento comercial, estabulos, campo de experiencias culturais, etc.

A Sociedade é também proprietária na cidade



Residencia do Administrador em Capelongo

gião mineira (ouro) de CASSINGA; encontra-se ligada a cidade de Sá da Bandeira—capital do distrito e terminus provisório do Caminho de Ferro de Mossamedes—da qual dista 180 quilometros, por duas estradas paralelas, uma para carros de tracção animal e outra o percurso em 5 a 6 horas.

Em volta da povoação de Capelongo, sede da circunscrição civil, os terrenos têm uma altitude média de 1300 m.; as condições climáticas são as que caracterizam as zonas planálticas de Angola, isto é, propicias a colonização europeia.

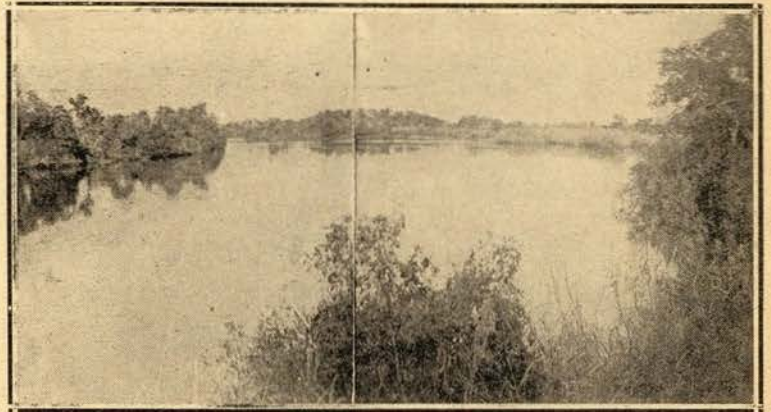
O regime das chuvas é regular. Nos meses de Outubro a Abril, época das chuvas, a temperatura oscilla entre 24° a 27° C.

De Maio a Setembro é a época do «Cacimbo» que corresponde aproximadamente á estação outonal da Europa.

É nesta região ao longo do grande rio Cunene, que a SOCIEDADE AGRICOLA e COMERCIAL CAPELONGO LIMITADA possui um total de 29.200 hectares de terrenos escolhidos, acompanhando o rio numa extensão de 30 quilometros.

Nas fazendas a norte de Capelongo os terrenos são em geral humoargilosas predominando a argila vermelha; nas do sul são silico-arenosas, apresentando-se as planicies fortemente carregadas de humus.

A Sociedade tem feito boas colheitas de ar-



O rio Cunene



Uma manada de vacas numa das fazendas da Sociedade

de Sá da Bandeira de um talhão de 1.200m² de terreno junto do edificio da Camara Municipal para construção de armazens, garage e habitação para pessoal; e, outro de 3.000m², mais distante 500 metros, para instalações ainda definitivamente projectadas.

No ramo comercial estão funcionando a sucursal de Capelongo, e mais tres pequenas sucursais que fazem permuta de produtos de exportação (cera, couros, marfim, etc.).

Brevemente abrirá uma sucursal na capital do distrito, logo que estejam concluidos os respectivos edificios, a fim de estabelecer a ligação entre as sucursais do interior e o caminho de ferro que, do porto de Mossamedes se dirige ao planalto.

Possui, finalmente a Sociedade, transportes, alfaias agricolas, ferramentas e outros utensilios indispensaveis aos seus actuais serviços.

A SOCIEDADE AGRICOLA e COMERCIAL CAPELONGO LIMITADA, que tem a sua sede provisoria na Rua do Cais de Santarem, 32-1.º, é pois uma empresa com todas as condições dum rapido progresso e que em breve deverá marcar um lugar de destaque na vida do sudoeste de Angola.

Guiné

A PROPAGANDA DA PROVINCIA

Uma interessante conferencia realisada pelo Engenheiro Agronomo, sr. Armando Cortezão

NA Sociedade de Sciencias Agronomicas rialisou recentemente uma interessante conferencia sobre a—*Guiné Portuguesa e as suas possibilidades agricolas*—o illustre engenheiro agrónomo e nosso presado colaborador, Sr. Armando Cortezão. Na impossibilidade de aqui reproduzir na integra o brilhante trabalho, destacamos algumas passagens que bastarão para mostrar quanto a Guiné Portuguesa é diferente do que muita gente pensa.

Fazendo, a largos traços a historia da Guiné, accentuon o illustre conferente os grandes sacrificios que aquela provincia nos tem custado e que importa não deixar perdidos, desde o da vida de Nuno Tristão, que a descobriu, até aos provenientes das últimas campanhas, que terminaram definitivamente o estado de rebelião em que a Guiné, durante tanto tempo se manteve.

Sobre as tentativas feitas contra o dominio portuguez naquella rica provincia, disse o conferente:

«Embora perdessemos quasi toda a costa occidental de Africa, que descobrimos até ao Equador, sempre ficamos com o que melhor ella tinha, ou seja a actual Guiné Portuguesa. Isto deu azo a que, tanto inglezes como francezes fizessem os maiores esforços para se apoderarem deste precioso rincão. Quanto aos inglezes, conseguimos expulsal-os de Bolama, onde já se tinham estabelecido, tendo a questão sido sujeita ao arbitrio do presidente dos E. U. A., Ulysses Grant, que, em 1870, proferia sentença a nosso favor; quanto aos francezes, a falta de coragem e a inabilidade de alguns diplomatas nossos permitiram que elles nos arrancassem Zinguichor, que representa uma verdadeira preciosidade, sem que em troca nos dessem qualquer compensação, negociando o desastrosos tratado de 12 de maio de 1896.»

A Guiné, com um clima comparavel ao das outras colonias, tem, pela sua constituição geológica e pela densidade da sua população, um valor excepcional.

Entrando propriamente no estudo das características e das possibilidades da Guiné, o illustre conferente, frisa

xima absoluta de 37° e a minima absoluta, de 14°; estado higrometrico, 77; pressão 750,3.

Ha muitas familias europeas, com senhoras e crianças, que vivem durante anos na Guiné, sem que lá se dêem peor que noutra qualquer colonia.

O clima da Guiné tem, além disso,



Uma plantação de cana de açucar

que o clima daquella provincia, ao contrario do que se tem pensado e dito, não é peor do que o de quasi todas as nossas colonias, assemelhando-se muito ao da India Portuguesa, como se deprende da analise dos respectivos elementos meteorologicos.

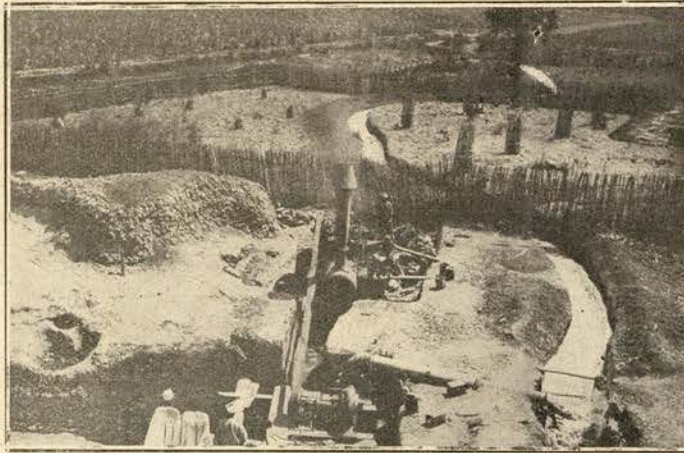
Assim, Bolama tem as seguintes médias anuaes; chuva, 2097^{mm}; temperatura, 27° (com a maxima absoluta de 38° e a minima absoluta de 16°); estado higrometrico, 67; pressão, 750,5; em Nova Góa regista-se: chuva, 2465^{mm}; temperatura, 27° (com a ma-

a caracterisá-lo a existencia de uma época seca de 6 mezes, em que não chove, indo de dezembro a maio, e de chuvas nos mezes seguintes. Isto tem uma importancia agricola consideravel, sobretudo para a cultura do algodão, etc.

Quanto á constituição geologica da Guiné, vê-se que ella é formada por aluviões de origem lateritica, provenientes das rochas eruptivas que constituem o massico do Futa Djalon. Na região montanhosa do Boé, que pertence a este ultimo e está no extremo

sudeste da nossa Guiné, vê-se, nalgumas rochas quebradas recentemente, aparecer a rocha holocristalina fundamental, provavelmente o granito porfiróide, que deu origem á laterite, exterior. Por toda a Guiné se encontra, por vezes em bancos de certa exten-

o não são, em geral, os outros negros africanos. Só obrigados eles prestarão os seus serviços; é porisso mistér que o trabalho seja imposto aos indigenas, por uma forma rasoavel e considerado como um dos mais eficazes meios de civilisação.



Bomba de irrigação

são, os conglomerados da laterite característica de certas regiões tropicaes. Encontra-se, tambem, sobretudo para o interior, afloramentos de certa importancia de grés ferruginoso e de grés psamítico.

A Guiné, que parece lembrar o delta de um grande rio prehistorico que fenomenos geodinamicos posteriores tenham de certo modo feito desaparecer, está de tal maneira sulcada de rios e canaes, que já Lopes de Lima dizia nos seus «Ensaio Estatístico» que «naquele país, sem outeiros nem vales, por toda a parte se navega, e navegando se vae por toda a parte.» Este sistema hidrografico navegavel tem um enorme valor para a colonia da provincia.

A população da Guiné é avaliada pelo conferente em mais de 1 milhão de habitantes.

Mas, admitindo que seja apenas um milhão, isto dá, por kilometro quadrado, uma densidade de 28 habitantes, o que é verdadeiramente admiravel se se considerar que Angola tem apenas 3,3 e que das colonias francezas que nos cercam, a mais povoada, que é a Guiné Franceza, tem apenas 8,11. Esta elevada densidade de população, comparada com a das colonias francezas limitrofes, explica-se não só pela preferéncia que o indigena tem pela maneira como os portugueses o tratam, mas tambem pela extraordinaria riqueza natural do territorio da nossa Guiné.

Não são os negros da Guiné muito devotados ao trabalho, como de resto

A Guiné com uma balança comercial favoravel, é talvez a unica colonia que não vive em regimen deficitario.

O orçamento da Guiné apresentou sempre «deficit», até 1909, com excepção de 1904; em 1910 era equilibrado e de então para cá tem sempre dado saldo.

Desde 1914 até 1923, a importação aumentou cerca de 70.000 libras e a exportação cerca de 90.000 libras, ou seja, aproximadamente, 25 por cento para a importação e 45 por cento para a exportação. A exportação de mancarra que em 1901 era apenas de 1.674 toneladas, foi em 1923 de toneladas 16.317. O coconote, que em 1901 se exportava por 3.150 toneladas, foi em 1923 de 10.520 toneladas. Quanto ao arroz que em 1914 ainda era importado por 1.140 toneladas, em 1918, já não era importado e em 1919 já se exportavam 640 toneladas. Todos estes numeros citados mostram o extraordinario desenvolvimento por que a Guiné tem passado, ainda que nos ultimos anos a exportação da mancarra e do coconote se tenha conservado mais ou menos estacionaria.

Parece ter-se chegado ao maximo que com os meios actuaes a agricultura indigena pode produzir na Guiné. Embora isto seja alguma coisa de muito importante já, nada é, comparado com os enormes mananciaes de riqueza que a colonia tem ainda inexplorados.

A agricultura de plantação é indispensavel ao desenvolvimento economico de qualquer colonia e isso mesmo se sente no que já ha feito em Angola e Moçambique. Para que a Guiné se desenvolva como temos o direito de esperar, é preciso que lá se criem e desenvolvam grandes empresas agricolas que desde que o Estado as auxilie com facilidade de mão de obra e uma certa assisténcia, teem todas as probabilidades de se desenvolver como em poucas outras colonias.

A Guiné ainda importa muitos productos, que pode e deve cultivar, como convem á sua economia.

A Guiné importa, anualmente, 250 a 300.000 kilogramas de tabaco em folha, que póde perfeitamente produzir, no valor aproximado de 4 a 5.000 contos. E a cultura do tabaco póde fazer-se maravilhosamente na Guiné, dando um rendimento extraordinario e muito rapido.

Importa tambem a Guiné aproximadamente 150.000 kilogramas de cola por ano, tendo já chegado a importar 300.000 kilos. A importação actual representa mais de 5.000 contos. Comtudo, a coleira dá-se magnificamente na provincia, tendo apenas o inconveniente de levar 10 anos a produzir; mas se atendermos a que um hectare plantado de coleiras, quando em plena produção, isto é dos 20 aos 30 anos, produz um rendimento superior a 200 contos, vê-se bem o valor enorme que essa cultura tem.

Quanto a madeiras, vê-se que em 1919 a Guiné chegou a importar 1.100 toneladas, das quais apenas 170 de Portugal. E a Guiné possui milhões de toneladas de preciosas madeiras nos seus povoaamentos florestais, bastando dizer-se que a colonia franceza da Costa do Marfim, ao sul da nossa Guiné, exportou, em 1922, 56.000 toneladas de madeiras, entre as quais avultava o mogno, para se ter uma idéa do que a nossa colonia poderia exportar.

A cana do assucar dá-se maravilhosamente na Guiné, e o conferente demonstra claramente com numeros deduzidos já do que se está praticamente fazendo nesta colonia, o exito extraordinario que esta cultura lá póde ter.

Refere-se ainda ás possibilidades de cultura do algodão e, sobretudo, da palmeira do azeite, que se não póde fazer, aproveitando os palmares espontaneos da Guiné, como muitos pensam, mas sim fazendo plantações regulares com variedades seleccionadas como se faz actualmente em Sumatra, que tendo apenas 2.600 hectares, em 1916, cinco anos mais tarde

já tinha 11:228 hectares plantados, Camarões, Congo Belga, etc. A palmeira da Guiné é, segundo estudos feitos pelo conferante, a de peor qualidade que se conhece. Em Sumatra, que é onde hoje se cultiva com mais perfeição a palmeira do azeite, um hectare produz ao fim de 5 anos de plantado, 54 libras de oleo de palma e 11 libras de coconote e no periodo de plena produção, que vai dos 10 aos 30 anos, produz 80 libras de oleo de palma e 16 libras de coconote, rendimento elevadissimo, difficilmente igualado por outras culturas tropicais.

A pecuaria pôde tambem tomar um grande desenvolvimento, com um

AGENCIA FOX

Secção d'investigação policial particular, vigilancia e informações comerciais

Secção de turismo organizada nos moldes modernos, encarrega-se de alojamentos nos hotéis do Paiz, passagens, passaportes, transporte de bagagens, etc.

Unica no genero no Paiz. Referencias bancarias e comerciais

R. S. Paulo, 55, 3.º-LISBUA End. teleg. FOX

mercado certo na Guiné, colonias vizinhas e metropole, pois que as condições são esplendidas para esta industria.

E' indispensavel montar na Guiné, uma estação agronomica completa que possa prestar aos agricultores todo o auxilio técnico de que carecem, mas isso nunca se conseguirá enquanto no orçamento da provincia estiverem consignadas, respectivamente, para um engenheiro agronomo director, um medico veterinario e dois regentes agricolas, apenas, 1.341\$43, 1.249\$59 e 938\$00, mensalmente.

A Guiné, que nos ultimos 10 anos tem progredido extraordinariamente, pode ser em breve uma das nossas maiores riquezas coloniais.

Nos ultimos 10 anos, a Guiné tem passado por uma transformação formidavel. Ainda ha 10 anos Bissau era um pequeno povoado, cercado por uma muralha, e ai do europeu que dela se atrevesse a afastar se umas centenas de metros.

Havia regiões vastissimas da provincia onde o europeu se não atrevia a penetrar. Hoje, a Guiné está sulcada por milhares de kilometros de estradas, em que, por vezes se podem fazer 100 kilometros á hora; as muralhas de Bissau ha 10 anos que desapareceram e, presentemente, assiste-se ali á criação duma cidade moderna, que dentro em alguns anos, será um centro importantissimo.

A primeira fase da grande obra de colonisação, por que a Guiné tem passado, está concluida; hoje percorre-se toda a colonia sem o menor perigo, estando todo o seu territorio entregue apenas á administração civil. As riquezas naturais da colonia estão bem postas em foco pelo seu orçamento que ha anos apresenta saldo positivo e pela sua balança economica francamente favoravel.

Resta executar a segunda fase da nossa ação colonisadora, isto é, a valorisação dos vastos mananciais da riqueza inexplorada que na Guiné possuímos. Para isso, basta apenas que o governo da Guiné preste ás iniciativas particulares todo o apoio e garantias de protecção de que elas carecem para que a applicação de grandes capitais e energias ao de-

colaborador capitão-tenente sr. Carlos Pereira, que com toda a razão, aqui disse que era necessario tornar conhecida a Guiné, a seguir damos alguns dados estatísticos, quasi todos inéditos (em materia de estetica tudo em Portugal está por fazer) e que dispensam comentarios, tal a sua significação:

COMERCIO GERAL

(em contos de reis)

1913.....	3.500
1918.....	6.500
1919.....	9.000
1920.....	23.000
1921.....	29.000
1922.....	35.000
1923.....	65.000



Lavra de terreno que serviu a arroz e se destina a cana de açúcar

envolvimento agricola da Guiné seja um facto. E, na verdade esta magnifica colonia, com um clima tropical regular, um sólo rico, magnificas e economicas vias de comunicação, uma extraordinaria densidade de população e a 6 dias da metropole, pode e deve ser dentro em alguns anos uma das nossas maiores riquezas coloniais.

♦ ♦ ♦

Felicitemos sinceramente o nosso illustre colaborador pelo seu brilhante trabalho que sobre outros merecimentos tem ainda o de evidenciar tantas e tantas cousas que são novidades .. até para quem não deveria ignora-las.

A Guiné progressiva

Acudindo ao chamamento do nosso



Fabrica de Agua Oxygenada

PEROXHYDRIL



De todas a melhor

L. B. Bandeira de Melo

Escritório: Rua Augusta, 75-1.º

LISBOA

Telefone—C. 2670 Telegramas—Algodão



Ao Sr. Ministro das Colonias

Um apêlo dum português residente na Guiné

Impõe-se o rápido estabelecimento de carreiras de navegação para esta rica colonia

NO nosso primeiro numero, repórterio do sr. Loureiro da tando-nos a um interessante Fonseca, apontamos como um dos maiores males da Guiné, a falta de navegação nacional para os seus portos. O mal tem-se agravado e das suas gravissimas consequencias se poderá ajuizar pelos periodos que adiante transcrevemos duma carta recebida dum nosso amigo, residente em Bissau, para os quais chamamos a atenção do sr. ministro das Colonias:

«Isto não pode continuar!

Estamos a 7 dias de Lisboa e passam-se mezes que não ha ligações com a metropole.

Os vapores alemães frequentam os portos da Guiné com toda a regularidade. Vapores portugueses é o... *lá vem um... O lá vai um*, é tão raro que nos esquecemos que haja navegação portugueza. Os prejuizos materiais são grandes e irremediaveis.

O comercio recebe mercadorias de Portugal, mas não tem fórma de mandar para aí os generos coloniais. Nestas condições quer pagar os seus debitos e não pode.

Está-se criando uma situação gravissima.

O Banco Ultramarino não faz transferencias. Ha firmas que tem aqui centenas de contos em generos e não podem pagar centenas de escudos na metropole!!

Diga isto na «Gazeta» a vêr se o Terreiro do Paço acorda...

O governo da Colonia, de colaboração com as forças vivas, trabalha para conseguir um contracto com uma companhia de navegação para estabelecer carreiras regulares, mas o assunto é complexo, demorado, e todos nós vemos o abismo, dia a dia, mais perto.

Estamos na epoca das chuvas. Ha aqui muita gente que precisa seguir para Lisboa, aliás... rebenta.

Acudam á Guiné. E' colonia rica, prospera, mas não é possivel resistir ao abandono a que está votada.

Ser portuguez, numa colonia portugueza é isto que vê...

Como esclarecimento devo dizer-lhe que este estado de coisas convém a um ou outro potentado e, por isso, a solução não aparece.

Contos largos que noutra carta explicarei mais por meudo...

Dispensa comentarios o que o nosso amigo nos diz.

Para o assunto, repetimos, chamamos a atenção do sr. ministro das Colonias, convencidos de que S. Ex.^a providenciará como o caso requer: *depressa e decisivamente.*

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

TUDO AOS MONTES

VENDE SE ESTAMPILHA E MAIS FORMULAS DE FRANQUIAS

FUMAR

IBIDO

AFIXAR ANUNCIOS

RUA NESTA PROPRIEDADE

LOPES VIEIRA 25

MANOUELA MINTRO

ADVOCADO

MERCEARIA

TESOURARIA

OFICIAES

REGISTO CIVIL

MODAS

LETRAS ESMALTADAS

Porto, Coimbra, Braga, Algarve, Alentejo, Ilhas, Brasil, India, Lorraine, Moçambique, etc.

(A todos interessa)

Não tem agentes a Casa Freire nem quer preferindo vender directamente aos fregueses pelos preços 40% mais barato que é o que os agentes levam a mais. E façam seus pedidos directos para serem bem servidos e rapido á Grande fabrica onde se fazem essas lindas Chapas e que duram para ser pre e letras esmaltadas para ruas, estabelecimentos, etc. emblemas lindos e baratos para Sports, clubes, medalhas para corridas, (artigos de Barba), Gilettes mais baratas, maquinas de 4 rolos para as afiar, Tesouras finas e canetas de tinta permanente com perla de ouro a 40\$00, que os outros vendem pelo dobro canivetes, Carimbos, numerados a tinta, a repetirem o numero até 12 vezes, ditos para cheques a picotar o numero e com data, selos em branco para as juntas de Paroquia, camaras e repartições, sinetes para lacre e roupa, etc., alicates de selar, marcas a fogo, etiquetas de metal para sardinhas, fixas de metal para jogos de café, fabricas, etc., aneis á Freire, em aço e ouro com brazões e monogramas, cunhos importados do Portugal, chapas e letras para marcar caixotes e preços, lampadas e instalações electricas, etc., etc. Única na Europa completa.—A. L. Freire, 158 a 164, R. do Ouro.—Telef. 1656 C.—Peçam á cobrança para tudo lhe remeter.

Seromenho, Silveira & Carvalho, L.^{DA}

Codes: A. B. C. 5.eme Edition et BENTLEY'S

Especialidade em conservas de peixe

Fabricas nos melhores sitios de pesca

Fabricações esmeradas

Calçada de S. Francisco, 23, 2.º

LISBONNE

Especialité en conserves de poissons

Usines sus les lieux de pesche

Qualité choisée

Telegramas: SOSICAR—LISBONNE

Specility preserved fish

Factories on the best fishing spots

Highest quality

Luso-Colonial, Ltd.^a

ROSSIO, 93, 3.º

LISBOA

Codigos Ribeiro
A. B. C. 5.ª Edição

Tele fone NORTE 812
gramas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS

CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS

Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguezas

Agentes nas principais praças europeias.

Sucursal em ANVERS. Longue Rue Neuve, 61



Angola

A SITUAÇÃO DE ANGOLA

I

O sr. Norton de Matos passou sobre Angola como um furacão devastador. Agora, que a sua liquidação é definitiva, e a consciência publica o condenou, sem remissão, contemplemos, desoladamente, as ruínas que esse megalomano deixou atraz de si. E, como essa analyse, a ser feita com minucia, nos levaria inuito longe, examinemos o quadro, apenas nas suas linhas geraes.

O sr. Norton de Matos, durante a sua permanencia como Alto Comissario de Angola, pediu dinheiro a todas as entidades e sob qualquer pretexto, como um autentico moço de cego. Daí resultou a situação seguinte:

a) *Emprestimos contratados em moeda de Angola:*

	Contos
1) com o B. N. U. anteriormente á gerencia de 1923-1924.....	53.000
2) com o B. N. U. durante a gerencia de 1923-1924.....	120.000
Soma....	173.000

b) *Emprestimos contratados em moeda da metropole:*

com a C. G. D..... 16.500

c) *Emprestimos contratados em moeda estrangeira:*

1) parte do credito dos 3 milhões de libras que foi cedida a Angola...	860.000 £
2) producto dos emprestimos, tomados pela Companhia dos Diamantes, aproximadamente.....	500.000 £
Soma....	1.360.000 £

Entrando em linha de conta com os cambios dos periodos em que tem sido utilizados os emprestimos contratados pelo Alto Comissario, chega-se á conclusão de que este teve á sua disposiçào, durante a sua gerencia, para cima de 3 milhões de libras, de receitas extraordinarias. Pelas dispo-

sições expressas da lei, esses emprestimos só deveriam ser utilizados em trabalhos de fomento e de colonisaçào, sob pena de procedimento criminal. E' caso para perguntar se tudo isso foi dispendido. Pois foi. E, ainda por cima, Angola se vê embaraçada para efectuar pagamentos correspondentes a compromissos que provêm de aquisições feitas pelo Governo de Angola!

Só até fins de agosto, a serem verdadeiras as minhas informações, os pagamentos devem subir a 440.000 libras! Já no decurso deste mez, o sr. Norton de Matos fechou mais um emprestimo provisorio de 30.000 libras, com a Companhia dos Diamantes, a fim de não subir até á Embaixada de Portugal em Londres pela escada de serviço do calote colonial. Assim, não é de mais computar em cerca de 3 e meio milhões de libras o que este homem gastou com pretensos trabalhos de colonisaçào e fomento!

Quais são, porém, as obras que a varinha magica do sr. Norton de Matos fez surdir em Angola? Pensou este senhor em instalar tres portos magnificos no Lobito, em Loanda e em Santo Antonio do Zaire. Essas obras, em obediencia ao pensamento do sr. Norton de Matos, exigiriam dispendios colossais, não sendo talvez sufficiente para as levar a cabo, 10 milhões de libras. Ora, supondo que o dinheiro era posto á disposiçào de Angola pela judiaria endinheirada, pergunto a mim mesmo, como é que poderiam ser pagos os encargos, que, por tal motivo, seriam assumidos. Aonde está a capacidade de produçào da provincia e de tráfego dos seus caminhos de ferro, que permitiria elevar de uma maneira colossal as exportações por esses portos, de modo a serem criadas receitas compensadoras? E de que nos serve ter um porto apto a carregar 10, se apenas tivermos a possibilidade de exportar 1?

Essa parte do sonho do sr. Norton de Matos, não tendo sido concluidos

os estudos e trabalhos preparatorios, não acarretou, felizmente, despesas de execuçào. E, não obstante, os estudos custaram á provincia—pobre Angola!— o melhor de 300.000 libras. E não estão completos! Ha, certamente, que pôr de lado tais trabalhos. Mas quererão as casas a quem foram adjudicadas essas construcções cesistir dos seus contratos, sem a exigencia de pesadas indemnisações? Que nova fonte de dissabores não poderá disso derivar ainda para todos nós!

Em materia de caminhos de ferro, a politica do sr. Norton de Matos caracterizou-se pelos mesmos processos de imprevidencia e de desvario. Tornava-se essencial aumentar a capacidade de tráfego das linhas existentes, porque, sem isso e sem um conveniente aproveitamento da mão de obra, não ha progresso possivel para Angola. Mas, em vez de conduzir as coisas de modo a chegar a um tal resultado, o sr. Norton de Matos deixou paralisar, quasi por completo, o Caminho de Ferro de Loanda, enquanto as outras linhas continuam a arrastar a mesma vida precaria de sempre.

Projectou-se—é certo—encurtar, de cerca de 90 quilometros, o trajecto da antiga linha de Ambaca, mas a construcção, entregue, *sem concurso*, a uma casa amiga, não avança nem á mão de Deus Padre Todo Poderoso. O material de via está pôdre, por falta de conservaçào e reparação. Mas, em compensação, comprou-se o triplo das locomotivas, que seriam necessarias para um tráfego intensificado, e material circulante, que, como as locomotivas, se não pode empregar no estado actual da via. E esse material lá está a desfazer-se ao sol e á chuva, por falta de depositos apropriados.

Tentou o sr. Norton de Matos realisar, a par destes sonhos, a fixação de colonos portugueses na provincia. Dispendeu enormes quantias na construcção, ou implantaçào de umas tantas dezenas de casas, sem condições práticas de habitabilidade, e em transpor-

tes e ajudas de custo a colonos. Tudo inutil, porque estes fugiam, espavoridos, vendo que lhes não eram criadas as condições para o exercicio dos seus misteres.

O que ficou, pois, de vé, no meio dos destroços e desventuras, causados pelo vendaval—Norton de Matos? Algumas centenas de automoveis e «canhões», obras dispendiosissimas nos palacios do Alto Comissariado, alguns serviços de louça, do mais fino Sévres, cristais de Baccarat, em barda, e um cheiro nauseabundo a uma imoralidade que roça pelos limites do crime. Sinistros farçantes devem milhares e milhares de contos ao Estado. Fizem fortunas que se desfarão ao sópro mais ligeiro dum inquerito. Mas, no intervalo, esses cavalheiros de industria tiveram o dinheiro sufficiente, para insultar todos aqueles que pretendiam perturbar-lhes a comesaina!

* * *

A exportação de Angola está sendo sensivelmente diminuída, por virtude de dificuldades de mão de obra, e ainda por deficiências, a que aludimos já, dos seus caminhos de ferro.

As necessidades exageradas de cambiais, que o governo provincial tem para fazer face a compromissos externos, assumidos imprudente e loucamente, vieram juntar-se á diminuição do activo da balança comercial, assim determinando uma velocidade de desvalorisação da moeda de Angola, que

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas»—T. Carmo, 1—Lisboa.

tem sido maior que a correspondente velocidade de desvalorisação do escudo metropolitano. Desta circunstancia nasceu um desvio progressivo de valores que, conjugado com a tendencia para repellar a idéa de um tal afastamento, acarretou, como inevitavel consequencia, a impossibilidade de fazer transferencias de Angola para Portugal.

Isto conduz, fatalmente, ao amortecimento progressivo das transacções

entre a Mãe-Patria e a sua colonia. O limite extremo desta tendencia consiste na ruptura total das relações economicas entre uma e outra. Veja a imprensa, que, a 12\$00 por linha, deificou o sr. Norton de Matos, o fruto de certas propagandas interessadas e interesseiras...

A situação é, pois, esta hoje em dia:
—Despezas excessivas com um functionalismo superfluo;

—Um «deficit» que eu já calculei algures em 50:000 contos;

—Compromissos atrasados, de muitas centenas de milhares de libras e de muitas dezenas de milhares de contos, que é preciso honrar;

—Caminhos de ferro emperrados o paralizados;

—Mão de obra de difficil aquisição;

—Ruptura das relações economicas entre a metropole e a colonia;

—E muita gente gritando desabaladamente, sem saber bem o que diz, e com os olhos quasi exclusivamente postos nos seus interesses particulares.

Esta é a situação. Como sair dela?

Procurarei, num proximo artigo, dizer a minha opinião sobre a materia.

Cunha Leal.

A CONSTRUTORA, L.^{da}

Capital realisado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2712

Telegramas | Rodrivalho — LISBOA
Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

LISBOA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

José Rodrigues de Carvalho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627



Mozambique

A PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

e as suas relações com a União Sul Africana

Com a tremenda derrota sofrida nas últimas eleições da União Sul-Africana, pelo general Smuts, chefe do «South African Party», que aceita e defende a soberania inglesa, e a grande victoria alcançada pelo general Hertzog, chefe do «Nationalist Party», que aspira e lucta pela eliminação dessa soberania, uma nova página, e da mais alta importancia, se abre na história desse novo e grande país.

Não são indiferentes, á Provincia de Moçambique, os acontecimentos de natureza politica, económica ou financeira, que se desenvolvam na União Sul-Africana; e, por esse facto, o resultado das últimas eleições não pode deixar de merecer as atenções do Governo Portuguez, e, em especial, do Governo de Moçambique.

Em nossa opinião, a acção do novo governo do general Hertzog não será mais hostil, ou nociva aos interesses de Moçambique, do que o foi a acção do governo do general Smuts. Supomos, até, que, com a mudança operada, alguma coisa ganharemos.

As ambições e o grande prestigio interno e externo do general Smuts causaram a Moçambique, nos ultimos doze anos, prejuizos graves, tanto de ordem moral, como material.

Dado o menor prestigio, no exterior, do general Hertzog, e a circumstancia das suas possiveis ambições sobre Lourenço Marques não podem deixar de ser vistas pela Inglaterra, a nossa velha aliada, com suspeitas, por virtude dos desejos separatistas do general Hertzog, é convecção nossa que o novo governo será menos ambicioso nas suas relações com a Provincia de Moçambique, do que o foi o governo do general Smuts, e que procurará, dentro em breve, uma aproximação com o Governo Portuguez, satisfazendo assim aos desejos expressos, e por mais do que uma vez manifestados pelo comercio e pela industria do Transvaal, desejos a que o general Smuts não ponde satisfazer, devido á sua estulta pretensão de tornar dependente da celebração duma nova Convenção entre a União

Sul-Africana e Moçambique, a accitação, por nossa parte, da interferencia de delegados do governo da União na administração do porto e caminhos de ferro de Lourenço Marques, pretensão que o Governo Portuguez, sendo ministro das Colonias o Snr. Rodrigues Gaspar, altiva e patrioticamente repudiou.

Assuntos relativos a indigenas

Apoz a denuncia feita pelo general Smuts, em Março do ano findo, da Convenção celebrada entre o Transvaal e a Provincia de Moçambique, de 1 de Abril de 1909, e o fracasso da missão portugueza, chefiada pelo general Snr. Freire d'Andrade, enviada ao Cabo da Boa Esperança para negociar uma nova Convenção, a attitude do governo do general Smuts para com a Provincia de Moçambique foi de manifesta hostilidade, de pressão e de descredito.

Em relação á mão d'obra indigena, que Moçambique fornece ás minas da União, e que estas não podem dispensar, por mais esforços que tenham empregado, principalmente para satisfazer os desejos do general Smuts, o governo da União, esquecendo, momentaneamente, os interesses da sua principal industria,—a mineira—, começou por limitar, e acabou por prohibir, o recrutamento de indigenas portuguezes.

O general Smuts sabia que, dada a circumstancia do sul da Provincia de Moçambique, (districtos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane), aonde se effectuava e effectua o recrutamento de indigenas para as minas, não ter desenvolvido os seus recursos naturais,—especialmente o Val do Limpopo,—seria lançado numa crise tremenda, que poderia provocar até a fome e a revolta entre as populações indigenas, se fosse prohibido o recrutamento para as minas do Rand, e esperava, com essa prohibição, coagir-nos a aceitar a sua provocadora e vexatoria pretensão de passar para o seu governo, embora com participacção nossa, a administração do cami-

nho de ferro de Lourenço Marques, e seu porto, que é o melhor e mais bem apetrechado de toda a Africa Oriental.

O maior desejo do general Smuts era, portanto, o de provar: 1.º—que as minas podiam prescindir da mão de obra indigena de Moçambique; e, 2.º—que, dispensada essa mão de obra pelas minas, a situação económica e financeira dos districtos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane era insustentavel.

Felizmente para a Nação Portugueza, e para a Soberania Nacional em Moçambique, o general Smuts, por mais esforços que empregasse, e por maiores prejuizos que causasse ás minas não conseguiu estabelecer a prova que pretendia, e as circumstancias coagiram-no, pouco antes de ter que apresentar a demissão do seu governo, a revogar, quer a restricção, quer a prohibição do recrutamento da mão de obra indigena portugueza!

Simultaneamente com essa restricção e prohibição, que teve de revogar, o general Smuts amesquinhava, quer perante a missão portugueza chefiada pelo general sr. Freire d'Andrade, no Cabo da Boa Esperança, quer perante a missão portugueza chefiada pelo illustre diplomata e grande patriota Sr. Dr. Augusto Soares, em Londres, o valór da mão de obra indigena de Moçambique, e declarava que ela, longe de constituir, nas negociações para uma nova Convenção, um triunfo a favor dos portuguezes, constituia um triunfo a favor da União, pois que, se esta prescindisse dessa mão d'obra, o descalabro economico e financeiro do sul da Provincia de Moçambique seria inevitavel.

Se se tivessem confirmado as pretensões e afirmações do general Smuts, a Provincia de Moçambique ficaria privada do seu melhor elemento de reivindicacões, quando for possivel,—e essa data não deve estar longe—, negociar uma nova Convenção, para substituir a que foi de nunciada o ano findo.

Verificado, como está, e por uma

forma que já não oferece duvidas, que as minas da União não podem prescindir da mão de obra indigena de Moçambique, necessario é que o Governo Português valorise convenientemente essa circumstancia, em todas as negociações futuras.

Não somos contrarios a que se continue permitindo, ao sul do rio Save, o recrutamento de indigenas para as minas do Rand. Mas somos absolutamente contrarios a que esse recrutamento se permita, como agora, sem limite, nem fiscalisação das autoridades portuguesas. O actual sistema de recrutamento é vexatorio, atentatorio da Soberania Nacional, e impeditivo do desenvolvimento agricola e industrial das regiões aonde se effectua.

Numa nova Convenção, o premio que os patrões, (minas), pagam ao Governo Portuguez por cada indigena, quer nos contractos, quer nos recontractos, deve ser, pelo menos, quadruplicado; o numero de indigenas a ser recrutado para as minas não deve em nenhum caso, ir alem do que exceda as necessidades locais; ás mercadorias que os indigenas transportam, quando regressam a Moçambique, deve ser, para feito da cobrança de direitos, applicada a pauta ordinaria das Alfandegas, ou, então, consideravelmente aumentada a taxa uniforme que hoje pagam, sete de xelins e seis dinheiros; findos os contractos,

as minas, ou o governo da União, devem obrigar-se a repatriar os indigenas, para se evitar o espatriamento que se está dando da população mais valida de Moçambique; e, para evitar a exploração de que os indigenas são victimas, e compensar a economia dos districtos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane pela exportação da sua mão d'obra, exportação que mais util seria se fosse de productos do solo, deve ser obrigatorio o pagamento de, pelo menos, 75% dos salarios dos indigenas nas terras da sua naturalidade, por intermedio, ou sob a fiscalisação, do Governo da Provincia.

Ao ser denunciada, no ano findo, a Convenção de 1 de Abril de 1909, a Camara de Minas, da União Sul-Africana, enviou a Lisboa Mr. Gemill, para negociar com o Governo Português um «modus vivendi» para o fornecimento de indigenas de Moçambique para as minas do Rand.

Negociou esse «modus vivendi», em nome do Governo Portuguez, o sr. Dr. Brito Camacho, Alto Comissario da Republica em Moçambique, que nessa data se encontrava já, de regresso em Lisboa.

E, por esse «modus vivendi», foram restabelecidas as condições de recrutamento existentes na Convenção denunciada, podendo esse acôrdo ser suspenso em qualquer altura, com um

aviso de denuncia, dado com seis mezes de antecedencia.

Combatemos em Moçambique, como combatemos aqui, esse acôrdo, o qual teve, contudo, como justificação, na data em que foi feito, o desejo de não irritar as relações, um tanto abaladas, existentes entre a União e o Governo Português.

Os factos tem-se encarregado de demonstrar que tínhamos razão, e que essas manifestações de amizade e benevolencia do Governo Português não foram bem compreendidas pelo governo da União, o qual tomou a nossa attitude como uma transigencia e como uma prova da fraqueza da nossa posição.

Os interesses nacionais exigem, portanto, que tal «modus vivendi» seja denunciado imediatamente, e que qualquer novo acôrdo, mesmo que provisório e de curta duração, contenha, entre outras, as condições que acima deixo indicadas, para o caso de uma nova Convenção.

Lisboa, 2 de Junho de 1924.

P. SANTOS GIL.

P. S. — Num proximo artigo, ou artigos, nos occuparemos dos «assuntos relativos a caminhos de ferro e porto», ás «relações comerciais e alfandegas», e ao aspecto economico e financeiro que resulta do livre inter-cambio dos productos do solo e das industrias dos dois países.

P. S. GIL.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,”

O «raid» Lisboa-Macau

e o que sobre ele nos disse o almirante Gago Coutinho

TERMINADA a viagem dos heroicos aviadores Brito Pais e Sarmiento de Beires, mal apagadas ainda as ultimas manifestações do entusiasmo, em que o Pais inteiro vibrou, procurámos colher sobre o valôr do brilhante *raid* as impressões de alguém que pudesse dar-nos uma opinião segura, imparcialmente formada nos moldes da técnica, liberta de quaisquer tendencias que pudessem desvirtua-la.

Foi junto do illustre aviador, sr. Almirante Gago Coutinho, que no 2.º Congresso Colonial foi o relator da tésse sobre "A aviação nas Colonias", que realisámos a nossa tentativa.

Gago Coutinho, naquela sua cativante simplicidade, tinha já sintetizado toda a admiração que sente pelos heroicos aviadores Pais e Beires, quando disse:

«Saíram daqui três dias depois de mim. Chegaram três dias depois de mim — e, no mesmo tempo, andaram o dobro do que eu andei. . .»

Faltava-nos agora conhecer a sua opinião sobre o valor politico e importancia comercial do *raid* aéreo, e á nossa solicitação o illustre Almirante disse:



Alferes Manuel Gouveia

O habil mecanico, cuja dedicação muito contribuiu para o bom exito do *raid*

raid, aquando da vinda a Lisboa, de Santos Dumont, responde-nos modestamente Gago Coutinho:

«Afigurou-se-me que a viagem se deveria dividir em duas grandes etapas: Lisboa-India e India-Macau, com possivel reparação ou substituição do avião Patria em Gôa. Os factos vieram confirmar, por acidente natural, a minha opinião.»

«Politicamente o *raid* tem valôr, por elevar os Portugueses no conceito dos povos do Oriente, forçando a China a dar-nos importancia e a considerar-nos capazes de fazer o mesmo que fazem os outros europeus.

Comercialmente não se me afigura que seja grande a importancia do *raid*, visto no estado actual dos transportes, ser muito mais economico o transporte para a China, tanto de passageiros como de mercadorias, por meio de vapores do que por avião.

Não ha tam-pouco correspondencia postal entre Lisboa e Macau, que possa pagar o transporte aéreo. Isto mesmo se applica ás carreiras aéreas entre Lisboa e o Rio.»

Recordando-lhe nós as suas considerações sobre o



2 de abril
de 1924

20 de junho
de 1924

A *Gazeta das Colonias* presta hoje as suas sinceras homenagens aos intrepidíssimos aviadores, majores Brito Pais e Sarmiento de Beires, e ao seu habil e dedicado mecânico, alferes Manuel Gouveia, os quais, pelo brilho e pela bravura com que empreenderam e rialisaram a travessia Lisboa-Macau, foram lá longe, no Extremo Oriente, aviventar o prestígio do nome de Portugal e mostrar ao mundo que na velha Raça Portuguesa ainda perduram as virtudes que a tornaram grande.

O "RAID" LISBOA-MACAU



Major Cifka Duarte

Ex-Director da Aeronautica Militar, o grande propagandista do «raid», que auxiliou com uma tenacidade admiravel

E terminando:

«Julgo que não devemos desanimar e que convém continuar os *raids* aéreos, que mais nos dizem respeito, como são o triangulo Lisboa-Madeira-Açores, a travessia de Africa Moçambique-Angola e vice-versa, e a viagem Lisboa-Cabo Verde-Guiné-Lisboa».

Assim falou o almirante Gago Coutinho e nas suas considerações breves, concisas e simples na fórmula, que proveitosa lição se encerra!...

Oxalá as palavras do ilustre aviador não fi-

quem sem repercussão, e que continuemos os *raids* aéreos que mais nos dizem respeito.

Para a sua realização com que só poderá lucrar a nossa soberania nas colonias e aumentar o prestigio da Nação, tem Portugal esse esplendido núcleo de homens, dignos companheiros de Gago Coutinho, de Sacadura Cabral, de Brito Pais e de Sarmento Beires, esse grupo de almas abertas a todo o rasgo de heroismo, verdadeira encarnação do espirito aventureiro e da indómita coragem da Raça, que é a — *Aviação Portuguesa*.



India

A INDIA PORTUGUEZA

É a expressão culminante do esforço colonial da raça portuguesa

QUEM encarasse a Índia Portuguesa sob o critério utilitário de uma colónia de exploração económica, tal como o são Angola, Moçambique ou S. Tomé, depressa teria de reconhecer o seu erro de visão. Mas quem a tomasse simplesmente por um padrão de passadas glórias a relembrar a página mais brilhante da epopeia lusitana, capaz de inspirar uma rajada de oratória nas festas votivas de um passado que não volta, daria apenas uma prova de não conhecer a Índia.

E' que a Índia possui títulos especiais para ocupar no domínio colonial português uma situação inconfundível.

Constituem-na tres retalhos de terra encravados no grande imperio indiano e abrangendo a insignificantisima área de pouco mais de quatro kilometros quadrados. Mas o que a faz portuguesa não é apenas a bandeira bafejada pelas auras do Indico, que tremula nas suas antigas fortalezas. A Índia é uma criação de Portugal, a documentar de quanto foi capaz o seu genio assimilador, um testemunho da sua acção, qual outro se não depara na historia da colonisação dos povos europeus que depois de Portugal tomaram o rumo do Oriente. Se o Brazil é o prolongamento da raça portuguesa na outra margem do Atlantico, é a Índia a expressão culminante do seu esforço colonizador que atravez de quatro seculos logrou criar um nucleo de população semelhante a si, sem que afinidades de sangue o possam explicar. Amalgama de sentimentos e idéas, de habitos e usos, que chega a confundir observadores estranhos que não raro atribuem a uma lenta estratificação étnica o que é apenas uma criação moral, tanto mais de surpreender quanto é certo que se trata de um povo que diferenças ráticas, e as especies características da sua civilização milenária o distanciavam do povo colonizador.

Não me deterei a enumerar os factores sociaes, juridicos e religiosos que concorreram para a promoção do indoportuguez com as características que o individualizam como um agregado distinto e nitidamente diferenciado na congerie das raças e povos que consti-

tuem a Índia. Registó apenas o facto. Ha quem o tenha por um fenomeno de descaracterisação colectiva, considerando o indo-portuguez um *déraciné* que se torna mister fazer voltar á primitiva tradição induísta. A verdade é que os povos, assim como os individuos, são produtos do meio que os condiciona—dando-se a esta palavra o amplo conteúdo sociológico que ela tem. Não ha raças na rigorosa expressão antropologica ou étnica. O que ha são raças historicas. A Historia é que faz os povos, marcando-lhes a individualidade que os caracteriza e que está sujeita a todas as mutações que

mento vivo que é a Índia Portuguesa.

Não que a orientação a imprimir á politica colonial na Índia se deva subordinar ás preocupações de simetria de um critério apertadamente assimilador. Do que ha mister é que a acção politica e administrativa se não subordine na Índia ao critério que se possa adoptar quando se trata das colonias africanas.

A Índia, com muitos estabelecimentos de instrução, de todos os graus, tem um ensino péssimo.

Ha na Índia problemas que não comportam a mesma solução que possam ter nas outras provincias ultramarinas. Está n'este caso, por exemplo, o problema de instrução e educação. Não se diga que a Índia carece de estabelecimentos de ensino. Possui muitas escolas primarias. Tem tres liceus. Ha lá uma escola medica. O ensino especial e o profissional são representados por uma escola normal e um instituto comercial. Como vém, nada falta. Formam-se aí medicos, advogados e teologos. E no entanto, ha em materia de ensino qualquer coisa que se avizinha d'um caos. O ensino é péssimo. Não se recomenda nem pelo seu valor especulativo nem pelo seu alcance pratico. Sente-se uma razoavel baixa de nivel em cultura. E compreende-se. Escolas sem instalações proprias e sem dotações que lhe assegurem material conveniente. Professorado recrutado sem grandes cuidados de selecção. Ha que reformar de alto a baixo. Mas que não seja uma reforma fragmentaria nem uma reorganisação excessivamente preocupada de amparar os interesses adquiridos a que o calão juridico dá o nome pomposo de *direitos adquiridos*. Ha quatro anos, esboçou-se um plano completo de reformade ensino, com a incalculavel vantagem de criar recursos para que ele pudesse passar do papel. Era porventura este o seu principal merito. Mas o projecto foi dormir o sono dos arquivos do Terreiro do Paço. Porque era mau? Nunca se soube porquê.



possam comportar as vicissitudes do seu viver. Não se eliminam tres ou quatro seculos na existencia de um povo, quando esses seculos modelaram a sua estrutura mental, fixaram a sua maneira de ser e vincaram profundamente a sua personalidade. Não ha maneira de voltar atraz. Nem ha vantagem.

Ora a acção dos governantes não pode desinteressar-se d'este aspecto especialissimo que caracteriza a Índia Portuguesa. Desconhecê-lo seria um erro, assim como ter a Índia na conta de mero padrão historico, lá porque hoje ela não pode atulhar as naus de cravo e pimenta, seria deploravel inconsciencia. Nem só de pão vivem os povos. E mais do que possam falar em abono da acção civilizadora de Portugal quantas cronicas e historias existem nos Arquivos, clama esse docu-

A emigração indo portuguesa é um fenómeno necessário; é porém mister valorisá-la por uma cuidada preparação técnica.

Milhares de indo-portuguezes emigram para a India Britanica e para Africa. Não sou dos que pensam que a emigração indo-portugueza seja um fenomeno patologico, sendo por isso necessario coibil-a. Basta apenas reparar na densidade da população. Segundo o censo de 1910 era de 392, 353 e 497 por quilometro quadrado nos tres concelhos das Ilhas, Salcete e Bardês. Este ultimo concelho, sendo o de mais forte densidade, é tambem aquele em que o contingente migratorio é mais avultado. Como vêem é uma densidade que deixa a grande distancia a forte densidade de população na Belgica e na Inglaterra.

A emigração indo-portugueza, seria um erro coibil-a. Mas é preciso valorizá-la, para que o indo-portuguez possa competir eficazmente e lute pela vida, proporcionando-lhe uma educação tecnica e profissional adequada no desempenho dos misteres e officios que terá de vencer no estrangeiro. É um problema, cuja solução intimamente se prende com o da educação e instrução.

Dá-se para mais, o facto de estarem

disseminados em varios pontos da India Britanica, como em Bombaim e Karachi, grandes nucleos de indo-portuguezes que as vicissitudes da vida compeliram a estabelecer-se ali, ha mais de uma geração. Facilmente se compreende o perigo de se desnacionalizarem com a longa e forçada permanencia em terra estranha. E no entanto, infelizmente, nada ha feito para que a desnacionalisação não seja um

MAQUINAS—ELECTRICIDADE
Empreza Internacional, L^{da}
 R. Augusta, 76, 1.^o
 Lisboa

facto. A verdadeira expansão portugueza no Oriente, quer pela lingua quer pelo inter-cambio comercial, quem a poderá eficazmente assegurar é o indo-portuguez, desde que este se não vá deslaçando da tradição portugueza da sua terra natal. Ha anos, o autor d'este artigo, no desempenho do seu dever de jornalista, apoiou um apêlo dos indo-portuguezes residentes em Calcutá, que pediam uma escola elemental onde seus filhos pudessem aprender portuguez. A nossa acção

consular tem de ir mais longe do que o comporta o formalismo burocratico dos regulamentos.

Acode n'esta altura ao espirito o problema do Padroado Portuguez no Oriente. Mas a acção do Padroado—digam o que disserem—tem-se limitado até aqui ao proselitismo religioso em terra estrangeira e para gente estrangeira que poderá mudar de religião sem mudar de nacionalidade. Paradoxo singular! Dinheiro portuguez custeia seminarios para a formação do clero estrangeiro. Mas não ha dinheiro para ensinar portuguez a portuguezes que vivem no estrangeiro e querem continuar a sê-o.

Salientei os problemas de instrução e emigração pelo alcance que eles tem, perante os interesses moraes e economicos da India Portugueza, dada a maneira de ser dos seus habitantes e a sua notavel capacidade de assimilação que fazem d'aquella colonia do Oriente uma continuação de Portugal além dos mares. E salientei-os porque melhor se prestavam a frisar que a politica colonial portugueza quando se trata da India, tem de subordinar-se a um criterio adequado ás condições moraes e politicas d'aquella possessão não englobando nem confundindo com o ponto de vista sob o qual se possam encerrar os problemas africanos as questões que a afectam.

Menezes Bragança.

SOUSA MACHADO & C.^A

SEDE EM LOANDA

ANGOLA--CABO VERDE—GUINÉ—LISBOA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

:: PRODUTOS COLONIAIS ::

:: CEREAIS DE ANGOLA ::

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Representantes privativos na Africa Ocidental Portugueza da:

FORD MOTOR COMPANY

E. U. A.

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camiones, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

:: FILIAL EM LISBOA ::
 RUA GARRETT, 62, 2.^o

FILIAIS NO:
LOBITO
HUAMBO

END. TELEGRAFICOS:
 PARA ANGOLA—SOMA
 PARA LISBOA—SEGUE



Macau

A descentralização administrativa das colónias

«O caso especial de Macau»

ESCREVO precisamente na ocasião em que dois valentes portugueses, num arrojado vôo, levaram as saudações da Patria a uma das nossas mais distantes colónias, aquela que se tem afirmado sempre profunda, arraigada e fundamentalmente portugueza.

A Macau, áquele lindo pedaço de terra portugueza engravado num recanto da China, foram os heroicos aviadores Brito Paes e Sarmento de Beires demonstrar, mais uma vez, as qualidades de uma raça que depois de dominar os mares domina hoje os espaços.

E todas as atenções se voltam, neste momento, para aquela pequena parcela da Patria, onde Camões, o imortal poeta, escreveu a maior parte dos «Lusiadas».

Já é tempo de não nos esquecermos de que possuímos Macau.

Das colónias da Africa todos falam. De Macau pouco ou nada se conhece, sabendo-se apenas que não é mau o seu clima e que os seus funcionarios recebem os vencimentos numa moeda valorizada que é a pataca.

Dizem por cá que ha em Macau uma arvore, a arvore das patacas, a cuja sombra muita gente se acolhe, e... nada mais.

A imprensa, principalmente a fundada, como a «Gazeta das Colónias», para defender os interesses coloniales, deve tornar conhecido o ultramar, agitando as questões que lhe dizem respeito.

E' isso o que vamos fazer, principiando pela apreciação das leis fundamentais por que se regem as colónias em geral, e muito especialmente Macau.

Nenhuma terra pode progredir quando não é bem administrada. Se as leis são boas e bons os seus executores, tudo corre no melhor dos mundos. Porém, se elas forem más, não sendo melhor quem as executa, todas as esperanças de progresso e desenvolvimento se perdem.

Decreteou-se, nos termos da Constituição, a autonomia financeira e a

descentralização administrativa das colónias.

Essa descentralização, pelo que diz respeito a Macau e pela forma por que foi regulamentada, deu lugar a que em vez de descentralização apparecesse um governo absoluto, autorizando uma dictadura feita em nome da lei.

Ha nas colónias dois conselhos, um de administração e outro com funções legislativas, demoninados, respectivamente, Conselho Executivo e Legislativo.

Falando de Macau, direi que do seu Conselho Executivo fazem parte quatro chefes de serviço, o delegado da comarca e um cidadão da escolha e nomeação do governador.

Todos eles, em numero de seis, são vogais natos do Conselho Legislativo, onde ha tambem cinco representantes da população, sendo dois eleitos por sufrágio directo, um pelos trinta maiores contribuintes, e dois escolhidos e nomeados pelo governador, para representarem a comunidade chinesa.

Assim, ao passo que são seis os vogaes officiais, temos cinco não officiais, dos quaes dois nomeados pelo governador.

Quem conhece a vida das colónias, pode afoitamente dizer, desde logo, que o governador tem na sua mão o Conselho Legislativo para o fazer andar e desandar á sua vontade.

Todavia, não é apenas esse conhecimento que autorisa semelhante conclusão. E' a propria lei que lhe entrega absolutamente o Conselho para dispôr dele a seu talante, permitindo o governo do *quero, posso e mando*.

Explicuemos:

Os vogais do Conselho Executivo, membros do Legislativo, tendo naquele conselho liberdade de voto, não a tem neste.

Uma vez vencidos no Executivo, estão obrigados a acompanhar, por disposição de lei, a orientação do governo da provincia, não podendo exprimir, portanto, o seu modo de pensar quando emitirem o seu voto, no

Legislativo. E como os membros officiais estão em maioria neste Conselho, todas as medidas votadas no Executivo, são *á priori*, são antecipadamente consideradas aprovadas, ainda quando os membros não officiais por unanimidade se pronunciam em sentido contrario.

O que fazem, pois, os representantes da população?

Mascaram uma dictadura que sem essa mascara talvez não fosse consentida.

O governador tem, tanto para as suas medidas de governo, acertadas ou não, como para a satisfação de simples caprichos pessoais, a maioria do Conselho, com cujo voto pode antecipadamente contar.

E os membros não officiais do Conselho Legislativo, mandatarios da população para intervirem na administração da colónia são transformados, por tais processos, em comparsas de uma comedia ridicula!

E' isto a apregada descentralização administrativa das colónias? Mas poderão objectar: Não haverá perigo em se entregar a função legislativa da Colónia a uma maioria não official?

Não ha. O governador dispõe dos meios necessarios para corrigir quaisquer desmandos do Conselho.

Todas as vezes que entender que uma resolução prejudica a soberania de Portugal ou os interesses legitimos da colónia tem a faculdade de interpôr o seu veto, prerogativa esta que a lei lhe confere.

A experiencia já demonstrou que as leis basicas das colónias merecem ser revistas.

Se o Parlamento entender que algumas das nossas colónias ainda não atingiram o preciso grau de desenvolvimento para ter uma descentralização, acabe-se com ela.

Porém, o que não pode é tolerar-se que nas mãos omnipotentes dum homem estejam entregues, para pôr e dispôr livremente, os destinos e a vida duma colónia.

F. ANACLETO DA SILVA

SOBRE AS OBRAS DO PORTO DE MACAU

Reflexões sobre o artigo do sr. João Tamagnini publicado no primeiro numero

NO primeiro numero desta revista vem publicado um interessante artigo do illustre ex-ministro das Colonias sr. João Tamagnini sobre o tema, para mim sempre atrahente, do porto de Macau.

Apezar da amabilidade com que sou convidado a colaborar nesta revista, é-me impossível abordar, num artigo, muito de importante que há no assunto e até mesmo analisar detidamente, como desejaria, todo o artigo do illustre ex-ministro. Nem por isso recusarei a hospitalidade concedida, porque o assunto é de tanta magnitude e há sobre elle, a meu ver, tantas opiniões erradas, que não é demais toda a tentativa para o elucidar.

Acompanharei com sentimento bem de alma o sr. João Tamagnini na sua recordação da iniciativa de Carlos da Maia. Procuro abstrair por completo do meu velho affecto da mocidade por esse companheiro puro e generoso; encaro apenas a sua acção no governo de Macau; e acompanho inteiramente o meu illustre antecessor nestas columnas no louvor ao esforço, á iniciativa energica e patriótica, ao amor por Macau, com que Carlos da Maia trabalhou e impulsionou, tirando a inercia para o movimento de que não mais parou, o magno problema do porto. E permita o illustre autor do artigo que eu faça a justiça de recordar, o que S. Ex.^a certamente por um delgado escrúpulo não fez, que o magno problema tombaria na inercia, e tal não succedeu, se quem presidiu aos destinos de Macau depois de Carlos da Maia e antes do signatário destas linhas, o sr. Artur Tamagnini, não lhe desse também assiduo interesse, mostrando, na sua curta passagem por aquele governo, encarar o problema do porto de Macau na sua devida magnitude.

Concordo também plenamente com S. Ex.^a em que o decreto de 1917 não era a organização conveniente para a execução das obras. Obrigado, pelo respeito á legalidade e ao governo que estava representando, a pô-lo em vigor logo no inicio do meu governo da colonia, meses depois usei de todo o esforço que pude, e vi-o felizmente coroado de exito, para se voltar, em grande parte, á organização da autoria de S. Ex.^a, melhorada — supponho não ser descabido o objectivo — com a ampliação da competencia local necessaria ao andamento dos trabalhos.

Estou também absolutamente de acôrdo com S. Ex.^a sobre o gravissimo

inconveniente da subalternização das questões do porto a um governo extranho, e, finalmente, também concordo com S. Ex.^a em condenar a entrega da administração do porto a uma companhia internacional.

E destes primeiros periodos reconheço, com satisfação, que penso da mesma maneira que o illustre colonial em alguns dos pontos mais importantes do problema, e, mais especialmente, naquêles cuja importancia se combina mais com a oportunidade.

Discordo porém de outros pontos do artigo, uns que representam modos de pensar e outros que reproduzem factos, e se devo abordar os primeiros pela importancia propria, os outros têm para mim interesse porque nunca poderia arcar com responsabilidades imerecidas pela diferente apresentação dos factos, e S. Ex.^a sabe que me cabem responsabilidades legais e morais, no governo de Macau, durante um largo periodo dos últimos anos.

Penso diferentemente de S. Ex.^a no limite que põe ao objectivo que entende caber ao porto de Macau, collocando-o, como maxima aspiração presente, na situação de auxiliar comercial do porto de Hong-Kong. A meu ver Macau nunca deve rejeitar, deixar mesma de procurar desempenhar, esse papel de auxiliar de Hong-Kong, mas Macau tem o pleno direito, pela sua posição geografica, pela sua qualidade de colonia europeia e pela importancia que tem como cidade, a ter também vida independente de Hong-Kong, e não tem sido decerto para a simples entrada dos *ferry-boats* ligando-a ao porto inglês que a metropole vem de há tantos anos ocupando com Macau o escol da sua engenharia. E afirmo a S. Ex.^a que durante tres anos em que procurei impulsionar a realização das obras por fórma a não deixar duvidas sobre a definitiva decisão de as levar a cabo, longe de ver Hong-Kong em guerra á minha acção, tive a felicidade de ter em Hong-Kong, continuamente, da parte das autoridades, um ambiente de amizade e de auxilio, e da parte da imprensa applauso, por vezes extremamente caloroso, á minha orientação. A vida nova que se via despontar para Macau não amedrontava a grande colonia inglesa que tem nas suas aguas um porto que por vezes se tem collocado como segundo do mundo, e que sabe que não é por meia duzia de vapores, num futuro já feliz, poderem estar encostados aos cais de Macau, que a riqueza de Hong-

Kong perde, quando a vizinhança de Macau prospero e senhor de recursos será até indirectamente um elemento também para a prosperidade de Hong-Kong. E posso assegurar ainda mais que nunca, em nota ou conversaa alguma dêsse tres anos, surgiu de uma parte ou de outra qualquer lembrança de subalternização da administração do porto.

Permita S. Ex.^a que eu me afaste também das suas afirmações, ou antes que as não julgue uma expressão precisa, quando diz que havia a seguir *um criterio de execução de trabalhos que, no respeitante a territorios e aguas em litigio, quando muito, aspirasse ao restabelecimento das condições em que, uns e outros, se encontravam á data do tratado com a China de 1887.*

Permita S. Ex.^a que eu diga que essa sua expressão é tudo quanto há de mais platonico e que reconheço por ela que, felizmente para S. Ex.^a, durante o tempo em que foi ministro das Colonias S. Ex.^a teve a grande ventura de não ter questões com a China.

E' exactamente por a China pretender que o *statu-quo* de 1887 seja uma cousa inteiramente diferente daquilo que nós afirmamos, que surgem a maior parte dos incidentes entre nós e ela!

Inteiramente a dentro do *statu-quo*, segundo o nosso modo de ver, eram as dragagens nos canais da Rada, e nunca se empreendiam sem incidente; igualmente era o espigão do aterro ao Norte da Ilha Verde, do plano Castel-Branco, e a Missão de Melhoramentos, em 1918, sendo ministro o illustre autor do artigo, abandonou prudentemente o projecto da sua construção por saber que ele levantaria o maior protesto chinês; igualmente, bem indiscutivelmente para nós, estava a dentro do *statu-quo* o limite dado pela Missão a esse aterro, ao Sul das Portas do Cêrco, e por isso Carlos da Maia o fez empreender e o sr. Artur Tamagnini o fez prosseguir, e no emtanto foi contra esse aterro que a China reclamou logo á minha entrada no governo da Provincia, dando logar ao incidente que S. Ex.^a refere como ocorrido mais tarde e que, pela attitude de firmesa em que me cumpria manter por meu brio patriótico e pelas instruções que recebia, e que mantive até que ocorreu a intervenção britânica, atingiu a iminencia de um conflito armado com a China.

Já vê pois S. Ex.^a que tenho razão em considerar tudo quanto há de mais platonico a, aliás muito judiciosa, indicação de S. Ex.^a.

Num outro ponto importante existe ainda discordancia entre as nossas opiniões. E' pelo que respeita á empreitada geral das obras do porto-exterior, que S. Ex.^a reprovava, reprovação que diz insistentemente feita pelo Governo Central.

Em primeiro lugar, analisando apenas o facto, direi que a opinião de S. Ex.^a é para mim muito respeitavel e estou certo que é fundamentada com muita intelligencia, mas como essa fundamentação não é exposta, deixa-me de pé a convicção a que se obedeceu, de procurar, recorrendo a uma grande empreitada, a execução rapida e até mais economica da obra. E S. Ex.^a, que é um tecnico ilustre, sabe que um empreiteiro que dispõe de pessoal e material para empresas semelhantes, está em condições vantajosas para essa rapidez e essa economia. A Companhia Holandesa que em concurso com outras casas do maior crédito, ficou com a adjudicação das obras de Macau, estava justamente nessas condições de vantagem, pois estava concluindo o porto de Chefú na mesma costa da China, onde temos o nosso.

E afirmo a S. Ex.^a que era verdadeiramente apavorante a verba que se via necessaria para a compra do material de dragagem indispensavel á construção, a maior parte dele desaproveitavel para o futuro.

Eu suponho adivinhar de onde veiu

o receio pelas grandes empreitadas. Não me engano naturalmente filiando-o numa proporcionalidade entre grandes empreitadas e grandes reclamações. Ora o dever das autoridades era precaverem-se contra as hipoteses desfavoraveis dessas reclamações, redigindo com o maximo escriptulo condições de concurso, cadernos de encargos e os termos dos contractos, e seguindo as afirmações gerais, esse escriptulo é notorio. Que o dever das autoridades de Macau fosse desviarem-se de um caminho onde havia vantagens reais pelo receio de inconvenientes que eram meras hipoteses, ha-de confessar-se que era muito pouco defensavel.

Diz S. Ex.^a que a ideia da grande empreitada surgiu nos penultimos tempos, após meio calendario de 1919, meridiano aquem do qual S. Ex.^a coloca todos os erros que considera ter havido na administração de Macau. Permite S. Ex.^a que esclareça que antes disso, no governo do sr. Artur Tamaçini, tinha havido em Macau as demoradas conversações com a Pacific-Construction Company, de Vancouver, sobre variadas planos do porto, conversações que obedeciam todas á empreitada geral.

Era errada a ideia da empreitada geral?

Se o era, o erro era de muitos, porque o Conselho de Administração das Obras dos Portos foi unanime em a perfilhar, havia mesmo nêle quem só acreditasse na construção do porto mediante essa condição, e em Lisboa,

apezar das insistentes recomendações a que S. Ex.^a se refere, a opinião com certeza mudára, pois nunca durante os longos anos dos meus trabalhos foi de Lisboa feita a menor indicação contrária á orientação que foi seguida com pleno conhecimento do Ministerio.

E como este artigo vai longo e a *Gazeta das Colonias* não é feita só para tratar deste assunto, farei apenas um ultimo restabelecimento da verdade para que as responsabilidades do meu tempo de governo não fiquem mal interpretadas. Está S. Ex.^a mal informado quando diz que fomos obrigados a abandonar uma parte dos trabalhos já executados no Porto-Interior. Não é assim. Felizmente nem um só foi perdido. Interrompemos, temporariamente, pela questão com a China, os trabalhos ao Norte da Ilha Verde, mas esses mesmos retomámo-los após feito o acôrdo de 1920, e tanto esses como os restantes então em andamento constituem o porto de pesca e pequena cabotagem que está hoje concluido. A orientação que levou a preferir o Porto-Exterior tem razões politicas que é impossivel apresentar em um artigo de jornal; o que porém pôde afirmar-se é que, ao adoptá-la, não se lançou para o rol dos sacrificios inuteis dinheiro algum que se tivesse desperdido.

E ainda por ultimo apenas uma congratulação por ver um assunto que considero de muita magnitude merecer a estudiosa atenção de um colonial de tão elevada autoridade para o tratar.

Henrique Corrêa da Silva

AGENCIA FOX Tel } fone C. 1552 gramas Fox — Lisboa

A organização e a criação desta Agencia, obedecendo ao intuito de proporcionar ao publico, em especial ao publico que viaja, facilidades e comodidades, foi organizada nos moldes das suas congéneres no estrangeiro, com um pessoal escolhido e habilitado.

A função da Agencia Fox é puramente de caracter comercial, e é nesse sentido que tem organizado os seus diversos serviços distribuidos pelas seguintes secções:

- a) Secção de informações e investigações comerciais e particulares e vigilancias.
- b) Secção de turismo.

A primeira destas secções é dirigida por um ex-funcionario superior da Policia de Lisboa e tem um nucleo de habéis agentes, trabalhando com absoluta discreção e seriedade, o que garante o valor dos seus serviços, já hoje procurados e utilizados por todas as classes.

Os serviços de Turismo estão a cargo duma

secção especial com filiais, por enquanto, na Rocha Conde d'Obidos, Terreiro do Paço e no Rocio, com um pessoal escolhido e educado, falando o francês, o inglês e o alemão; encarrega-se esta secção de obter passagens em todos os comboios das linhas do Norte, Oeste, Sul e Sueste e no "Sud-Express", reservas, alojamentos em todos os hoteis do país e visar passaportes.

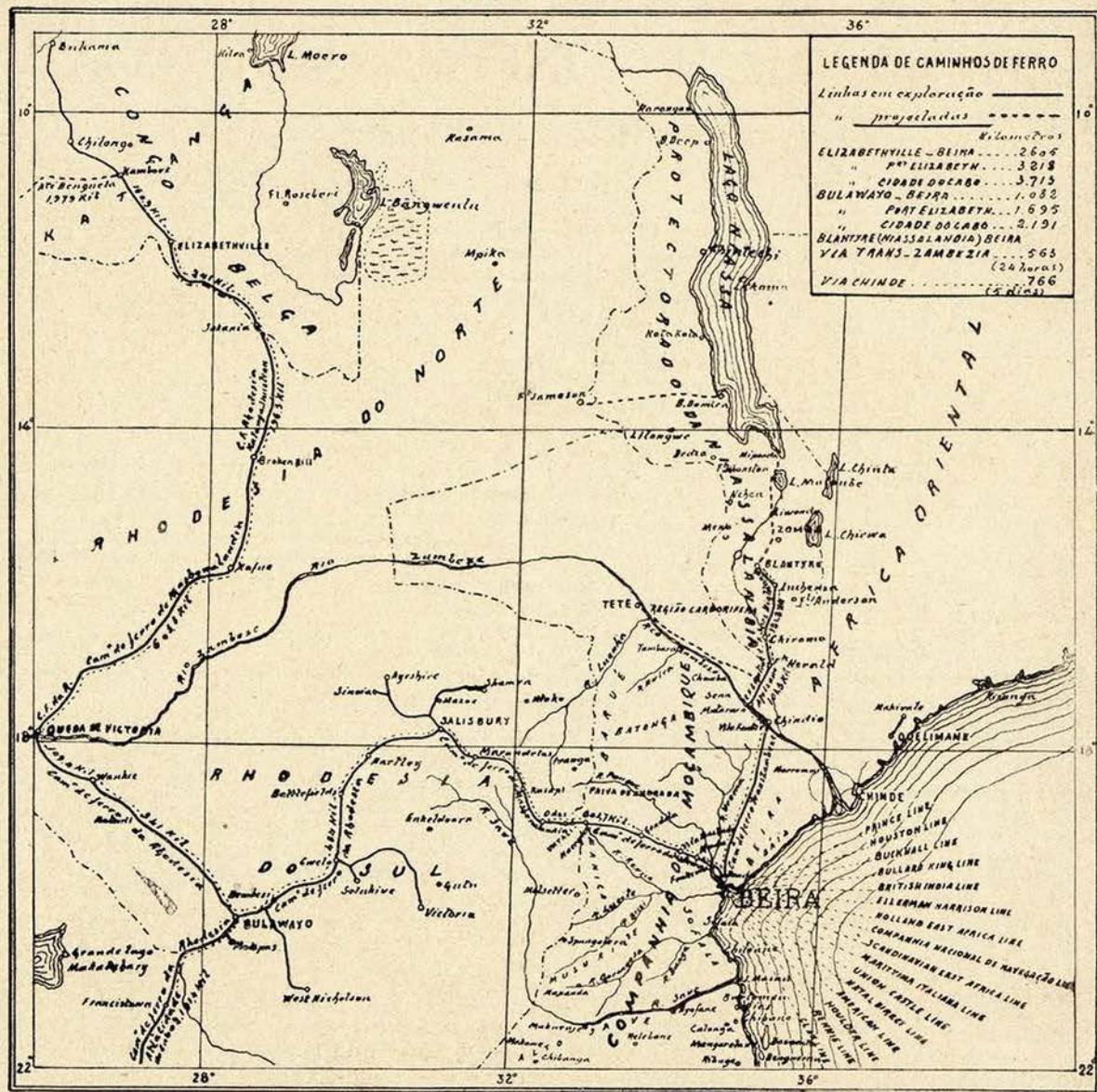
Encarrega-se tambem esta secção do transporte de bagagens dos passageiros em transito, dos vapores que fazem o nosso porto com ligação com o "Sud-Express". Nas filiais recebem-se radios e telegramas para qualquer país do mundo, que serão imediatamente enviados para a Central Telegrafica, telefonemas, vende r-se selos para correspondencia, etc., etc.

A Agencia Fox tem ainda devidamente montado na sua Filial da Rocha Conde d'Obidos, um serviço de excursões, com pessoal habilitado e educado a preços reduzidos, para Lisboa, seus arredores e no País.

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano do 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

Timor

O PROBLEMA ECONOMICO DE TIMOR

e os processos administrativos dos holandezes no extremo oriente

(Continuação)

A Companhia Holandesa das Indias Orientais tinha deixado Java em completa ruina.

Era o monopolio da produção com açambarcamento e destruição propositada e sistematica de uma parte das colheitas.

Era o monopolio do commercio interior e exterior. Eram os trabalhos forçados, as entregas forçadas, a miséria e o banditismo triunfante por toda a parte.

Não obstante as medidas tiranicas de Marshal Daendels, em 1805, as receitas não iam além de tres e meio milhões de rupias e o censo da população não dava mais de tres milhões de almas.

Essa população vivia na desgraça e os chefes indigenas duramente oprimidos pelos holandezes eram os seus algozes.

Foi este o estado de coisas encontrado pelos inglezes quando em 1811 fizeram a conquista da ilha, cuja posse mantiveram até 1816, data em que de novo foi entregue aos holandezes, em consequencia do Tratado de Londres.

A maneira como os dois povos europeus procuraram organizar a colonia antes e depois de 1816, a fórma como por uns e outros foram tratados os indigenas, é para nós de um grande interesse e actualidade.

De facto Timor, a menos que de todo não empalideça a estrela da raça branca no Extremo Oriente, virá a ser economicamente ou uma colonia australiana com o particularismo inglez e a sua altiva frieza com os indigenas ou uma colonia portugueza com uma maior aproximação entre as duas raças.

O primeiro acto dos inglezes em Java foi a abolição dos monopolios de produção e exportação, abolição que ficou para sempre.

A seguir decretaram a «Ryotwaree», que tinham na India.

E' nisto que ha as grandes differenças.

Os chefes indigenas, cheios de prestigio e de poder desceram á condição de meros pensionistas do Estado.

O trabalho passou a ser salariado.

Dentro das energeticas idéas inglezas de liberdade e «self» foi estabelecida a propriedade individual com um imposto individual.

Ora estas idéas são sobretudo excelentes para os inglezes; nós proprios vivendo dentro do comunismo economico do Estado, nos afastamos muito delas.

Em Java eram o ataque á ordem social e a revolta da India de 1858 e as que se lhe teem seguido, provam que ante populações espessas, organisadas e com quem se seja forçado a lidar (por o clima impedir a colonisação propriamente dita) os conceitos inglezes não são os melhores.

Os holandezes que teem alcançado triunfos de maneira diferente, que são teimosos como afirma o «Je m'entenderais» da sua divisa e que estão muito á vontade nas suas ilhas, voltaram ás suas concepções.

A questão da propriedade foi logo atacada.

Uma propriedade individual com todos os direitos, ganhos e perdas, sujeita a imposto e venda por falta de pagamento desse imposto, ou dividas contrahidas pelo proprietario, pressupõe um espirito de previdencia e de luta, que não pode existir em qualquer «mau-rai», ainda quando seja um Javanez.

Assim esta concepção de direitos e fixação da propriedade nunca passou de uma ficção legal, por oposta ás idéas de chefes e povo.

Recorrendo á resistencia passiva (que na nossa colonia tão bem conhecemos com a designação de «costumado Timor»), todos se arranjaram por fórma a manter na prática o antigo imposto comunal sobre as terras comunais da povoação.

Os holandezes limitaram-se a reconhecer este facto.

A protecção aos indigenas contra os abusos dos chefes tambem não foi agradecida.

Dava-se naturalmente o fenomeno que, na sua rude linguagem, os nossos soldados sintetisam em Timor afirmando que «o chefe tem sempre força para a malandrice».

A ordem social mantinha-se, a sua dissolução exigia o trabalho, durante anos, de numerosos colonos europeus; os indigenas continuavam a inclinar-se para os seus pretensos opressores.

Com a exautoração do chefe não era só este que perdia; ruíam tambem as aspirações dos mais desembarçados, inteligentes e energeticos rapazes; tudo cahia na chateza.

Os malaios são muito sensiveis no ponto de honra e o mando é a mais cara das suas aspirações. Aspirar ao mando, ser chefe ou pessoa importante na sua «entourage» é ambição que medra em toda a Malasia e de que em Timor temos o exemplo nos «vainós», «cabos» e «principais».

E tambem por outro lado, o camponez, educado na passividade e apatia orientais, necessitava de estímulo mais forte e directo do que o da lei para sahir da condição a que secularmente estava habituado e em que se sentia bem.

Fazer parte da comunidade era a sua força.

Em harmonia com o numero e capacidade de trabalho das pessoas que tinha em casa eram-lhe distribuidas anualmente as terras pelas quais entregava o quinto da colheita.

(Continua).

SÁ LEITÃO & C.^A L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, 1.^o
— LISBOA —
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

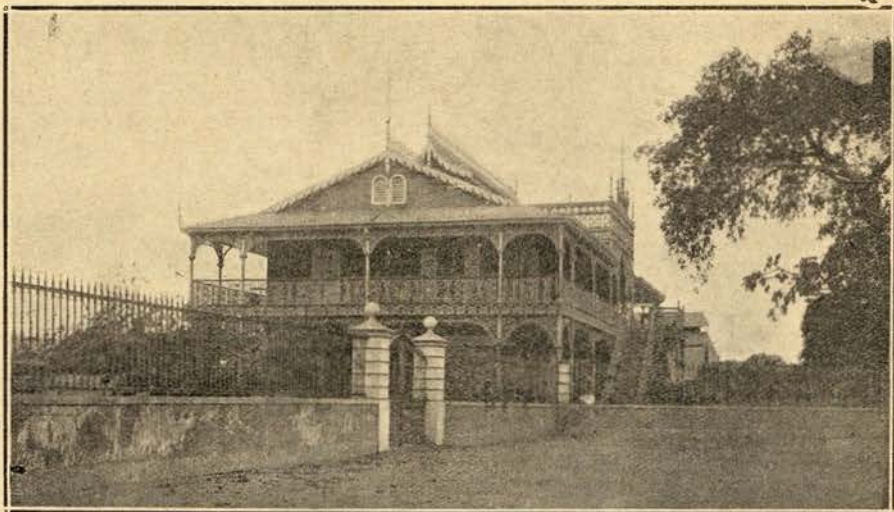
Importação e Exportação

directa das suas casas em **ÁFRICA** de todos os produtos de **ANGOLA** (Africa Ocidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Gêo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Gêneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

SOCIEDADE ANGOLA E CONGO, LIMITADA

(Junção das firmas BERNARDO, RAPOSO & C.^a L.^a e QUINTINO, SANTOS & C.^o)

Sede — RUA DO OURO, 50, 2.^o — LISBOA — Telefone: C. 3922

DEPENDENCIAS EM AFRICA

LOANDA — CATETE — CASSONECA — LANDANA

IMPORTADORES E EXPORTADORES

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Os maiores exportadores de algodão, em Angola. Os principais exportadores
de oleaginosas, em Landana (Congo),

Exportação geral de todos os outros generos coloniais.

Grandes lavras de algodão nas regiões de CATETE e CASSONECA com fabrica de desgranamento
em Catete e ensacadeira própria para exportação de milho

LOANDA — Rua Alfredo Trony

TELEFONE: 62

Endereços telegráficos: ANGOCONGO

Referências: BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

ARTE

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

DR. CARLOS AMARO : : : : :
LUIZ MOITA : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

BILHETE POSTAL

Meu querido colono :

Eu tinha-o aconselhado mal, a semana passada. Um preto com a lanterna de Diógenes, a inquirir aqui em Lisboa dum bom conjunto de teatro e dum bom original dramático. Veja o seu preto, meu amigo, em frente do Teatro Nacional, onte os lampeões se apagaram outra vez para melhor letargo da móle em cujo frontão móra Gil Vicente, veja-o a entrevi tar tambem o Mestre em lingua bunda, á semelhança de quantos ali vão fazer o mesmo para inquerir, em jornalismo pretencioso, das razões por que vai perdendo a vitalidade de o Teatro Português...

Não teria originalidade nenhuma, o seu preto. Depois o Gil Vicente frontão é mais um simbolo da poeira da historia do que o autor dos autos que o teatro de Garrett não representa, nem mesmo na Recita Classica, que a falta de coragem e de forte sentido artistico attra sempre para os meses de verão, quando o lisboeta faz malas para o campo e a sala da Praça de D. Pedro não tem o conforto dos teatros arrejados do Parque Mayer.

Mesmo aquele Gil Vicente, de pedra, é tão vago, tão sebastianista como o Cid do Romancero de Espanha, por mais que o falecido Bramcamp Freire quizesse vêr nêlo o Mestre da Balança ou o ourives da Custodia de Belem.

Foi pela falta de graça do seu preto, e pela inconveniencia de o apresentar de tanga, em concorrência ás mulheres que se acotovelam por aí conosco, que eu tomei, a mim proprio, por respeito de si, o encargo de procurar um original e um conjunto scenico que fossem, junta ou separadamente, interessantes, sem lanterna nem nada, apenas com os olhos nús de quem deseja anciosamente vêr alguma coisa...

Um e outro encontrei original e conjunto. O primeiro mereceme umas palavras simples de anotação, rascunhadas aqui como apontamentos estatísticos, e o

segundo algumas de elogio sóbrio que eu hei de pôr fóra deste postal para que Você nãoas leia apenas em mangas de camisa.

Foi ha dias, ainda, que nós ouvimos aqui um Auto da Raça, que não é evidentemente do Mestre Gil, nem de nenhum quinzentista. E' dum autor que usa colarinho e chapeo côco, um autor do nosso seculo, e nêlo se trata de Camões. — um tema antigo, com aspecto vetusto com enfase emparceirada ás épocas de borzegins e gôrra, e gilete de bôfes, mas com a decadencia e a anemia d'ns alexandrinicos contemporaneos, muito alinhavados muito doentes.

Se você visse este Auto da Raça, sem movimento, á luz morticia dum candieiro do Pateo do Tronco, aí por meados do seculo XVI, ficava com uma impressão afflicta da Patria, de Camões, que é nele a personagem central e talvez unica, certamente e tambem da Raça cujo Auto vem dêla em guisa de elogio.

Camões no Pateo do Tronco será comovedor no pensamento de Você. No palco do Teatro de S. Carlos era duma pobresa franciscana quanto a teatralidade Demais, meu caro amigo, embora Você pasme e julgue que, por estar em terras longe, eu o quero espantar com as minhas noticias afirmo lhe, pela fé, que Natércia aparece no Auto, visionada pelo preso politico, e faz, em 1554 ou coisa que o valha, a profecia dos "raids" de Coutinho-Cabral, e Beires-Pais.

Que lhe parece ?

Como traduziria Você, esta noticia do bundo do seu preto, sem ao menos matar o preto partindo-lhe a lanterna na cabeça ?

LUIZ MOITA.

Nascimento Pires, L. da

IMPORTADORES E EXPORTADORES
PRODUCTOS COLONIAIS

LISBOA - R. da Conceição, 75, 2.º

Telefone C. 5248 Telegram. Candimba

BENGUELA - Caixa postal 69

Telegramas-NASCIMENTO

ESPETACULOS

S. CARLOS. — Trez actos de João Correia d'Oliveira e Francisco Lage, *A Verdade*. E' o terceiro original representado dos moços dramaturgos de *Os Lobos* e *A Ribeirinha*. Em boa verdade, é um original que, como os anteriores, seguem sentido diverso de dramaturgia e não pode marcar, portanto, nenhum grau de evolução dos seus autores.

NACIONAL. — Pierre Decourcelle apresenta outra vez os *Dois Garotos*. Os dois garotos são Ilda Stichini e Ester Leão. E' uma peça calva, uma peça que já perdeu os cabelos brancos e continua a ser a tentação do publico, das emprezas e dos inter-pretes.

TRINIDADE. — Alves da Cunha vai fazer a sua festa artistica com um original português *O Turbilhão*, original de Faria de Vasconcelos. Tem representado *A Sabareda*, *As Luas Causas* e o seu trabalho de estreia neste teatro e nesta época, trabalho que tem sido apreciadissimo, *O Papá Leboundard*.

S. LUIZ. — Uma revista como ha tantas, sem grandes enfases, sem a pretensão de dar nas vistas. *Vida Nova* é uma serie de quadros incolores. Junta-se as côres dos *Anaglipes*. (figuras moventes vistas através uma luneta de mica, verde e encarnada) e então fica bem.

POLITEAMA. — A Companhia de Augusto Pina. Vai representando comédias no genero do antigo Ginasio. Actualmente estreou *O Fiel Amigo*. Mas o publico prefere as sardinhas ass das do Parque Mayer.

EDEN. — Revista. *Lua Nova*. E' uma lua que vai passando por cima das outras e continua sempre nova. Companhia Otelo de Carvalho.

MARIA VICTORIA. — (Parque Mayer) *Rez-vez*, a revista mais fresca da época. E' uma carapinhada, doce e saborosa a fructas, muito bem feita. E' uma revista que elogia o publico e que tem, portanto, dele, tudo quanto quere.

COLISEU DOS RECREIOS. — Campeonato de Lueta Grego-Romana. Espectaculos para crianças crescidas. O revelador mais flagrante da engenuidade do publico.

Nesta secção serão feitas referencias a todas as obras de que sejam enviados 2 exemplares á Redação da «Gazeta das Colonias».

DESPORTO

Carlos Oscar
da Silva

A final do campeonato de «foot-ball»

O «Olhanense» vence o «Foot-Ball Club do Porto»

A final do Campeonato de «foot-ball» colocou este ano em presença o «Foot-Ball Club do Porto», campeão da região do Norte e o «Foot-Ball Club Olhanense», finalista na região do Sul.

Vienna por 4-3, o Nuselsky por 2-1 e empatou com o Sparta de Praga, considerado com o M. T. K. o grupo de «foot-ball» continental de maior valia, por 2-2. O Celta de Vigo também saiu do paiz com um empate 2-2.

5-0; em seguida a Madeira e o Porto, que vencera Coimbra, sofrem tambem uma amarga desilusão... 3-1 e 4-2.

Este jogo, o ultimo da série, realizou-se em Lisboa, no Campo Grande, perante uma enorme assistencia.



O «onse» do «Foot-Ball Club Olhanense», campeão de Portugal em 1914

Atendendo ao valor foot-balístico da capital parecerá estranho que não fôsse propriamente o campeão de Lisboa aquele que representou o sul do Paiz na maxima competição do «foot-ball» de Portugal.

Bastará para explicar este incrível facto que se nomeiem os grupos finalistas das duas divisões de Lisboa: o Casa Pia e o Vitoria de Setubal.

O Casa Pia venceu na primeira divisão, onde está classificado dos peores, aproveitando-se da manifesta infelicidade que perseguiu o Sporting Club de Portugal.

Este grande club disputou na época finda dois grandes campeonatos: o primeiro contra os teams estrangeiros que nos visitaram e o segundo contra os grupos da sua divisão.

Bateu brilhantemente o Rápid de

Mais brilhantes resultados que estes conseguidos pelo Sporting na passada época, é difícil de realizar.

Vem o torneio da Taça Patria e o Sporting vence o Belenenses por 5-0 e o Casa Pia por 6-0! Mas a infelicidade perseguiu-o desastradamente e o Sporting consegue realizar o mais difícil: perder o campeonato por excesso de chance da parte dos seus adversarios.

Este facto lançou o Casa Pia para a cabeça da sua divisão—o Casa Pia foi duas vezes batido pelo Sporting (2-1, 4-1)—e perdeu o titulo de campeão de Lisboa com o Vitoria finalista da 2.ª divisão.

O Vitoria F. Club é batido pelo campeão do Algarve Foot-Ball Club, que ascende assim ao campeonato do paiz.

Tomar sofre uma grande derrota...

Porto mostrou mais tecnica que o seu vencedor, cujas principaes qualidades foram, a vontade que poz na luta, e a facilidade com que shoota ás rédes.

Os dois grupos teem muito mérito, quer foot-balisticamente falando, quer sportivamente, pois a correção com que decorreu o jogo merece aplausos.

E' grande a expansão do «foot-ball» em Portugal que revigora assim a raça tão depauperada n'estes ultimos tempos. Pena é que as colonias não possam—pela enorme distancia que as separa da metropole—fazer disputar o campeonato de Portugal pelos seus grupos.

Estamos crenes que muito mais se desenvolveria o nosso «foot-ball» com essa participação.

Noticias do Estrangeiro

BOX

O combate Carpentier-Gibbons

Do nosso correspondente nos Estados-Unidos, Carlos Martins recebemos sobre os últimos combates de box ali realizados, uma carta que publicamos e na qual se compromete a enviar todos os meses uma identica missiva sobre os acontecimentos de maior vulto que se realizarem na *livre America*.

New-York, 1 Junho.—Assisti sexta feira ao combate Pancho Villa-Franchie Ash em Brooklin que era considerado aqui como a *big attraction* sportiva do ultimo mês.

Pancho que é campeão dos *fly-weights* encontrava o inglês Ash em 15 rounds para o titulo, no Nostrand Athletic Club, segundo a *regulamentation* do *chairman* Muldoon como aqui se denomina o regulamento da *Athletic Comission*.

Como o tempo estivesse chuvoso poucos *ferry-boats* cruzavam as aguas do Hudson e a assistencia foi diminuta, calculando-se em dez mil os espectadores.

Ash é um magnifico *boxeur* talvez o melhor que tenho visto no seu péso mas não tem *power punch* sufficiente, para dominar o robusto filipino.

Trabalha muito em *diretos* á manei-

meçou a trabalhar scientificamente e obrigou o adversário a falhar repetidas vezes o *hook* fatídico.

O arbitro chamou á ordem por varias vezes o americano pois que abusou dos cotovêlos e dos ante-braços na luta.

A' medida que o fim se aproximava Ash enfraquecia a olhos vistos mas não deixou de impelir o adversário com o seu *straight-left*.

No final do encontro foi ovacionadissimo pela multidão que o aclamou entusiasticamente de pé.

Valha a verdade que, se não fôra, na quasi egualdade da luta, o filipino ter conduzido o combate, o inglês merecia a decisão dos juizes.

Foi um belo encontro de que só a monotonia do tempo trantornou a receita.

Dia seguinte o francês G. Carpentier que ahi é muito considerado foi dominado em Minchingan City pelo *cruiser* Tommy Gibbons de St. Paul.

Da leitura dos jornais, se depreende que o francês embora fizesse um combate corajoso foi de tal modo esmagado que a custo conseguirá aqui combates com homens de primeira plana.

Quando em New Jersey, Carpentier combateu Lewinsky, agradou imenso pela magnifica victoria que conseguiu, havendo muito americano que, assistindo ao encontro, tremesse pelo seu campeão.

A qualidade de Carpentier que aqui foi mais admirada é o poder do seu *punch*. O seu estilo é pobre no combate de perto, aqui tão admirado pelo publico, mas trabalha a meia distancia como poucos.

No combate com Gibbons, Carpentier pesou menos 3 libras do seu adversário.

Logo de entrada Tommy começou com *gabbs* repetidos á face e esquivou todos os ataques da direita do francês.

Carpentier que appareceu em forma foi forçado a recuar lentamente e a *clinchar* com prontidão.

Um *hook* ao queixo seguido dum *uppercut* deixou Carpentier incapaz de atacar, sofrendo uma enorme punição na cara e no corpo.

No segundo *round* só houve *clinch*es do principio ao fim. Descamps, que é o *menager* do europeu, terrivelmente excitado gritava-lhe que se cobrisse, mas Carpentier estava incapaz de qualquer movimento.

A sua defensiva não brilhava pela perfeição tentando somente, bater com a direita, que de resto quasi nunca acertava no alvo.

Até ao final o combate teve este aspecto:

Carpentier procurando fugir a um K-O certo e Gibbons procurando a

tudo o momento colocar a sua direita para o abater.

Estas são as considerações que posso enviar com respeito aos últimos combates de *box* que revolucina-ram a América pelo seu reclame e pela beleza dos encontros.

FOTO-SPORT

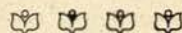
O MELHOR PERIÓDICO
DESPORTIVO; O MAIS
COMPLETO E ARTIS-
TICA REPORTAGEM
FOTOGRAFICA

Criqui-French

No dia 1 de Junho realizou-se em Paris um *match* que ha muito se vinha impondo pela qualidade dos adversarios, Criqui-Danny French Ganhou o inglez, *Knockoutando* ao 8.º round.

Pela sua demorada ausencia do ring Criqui perdeu qualidades, tanto assim que colocou por varias vezes os seus favoritos «*crochets*» da esquerda e da direita, esses «*crochets*» tão perigosos que derrubaram o grande Kilbane, sem contudo conseguir abalar o seu adversario, que por esta victoria se impõe como *challenger* directo de Johnny Dunde e actual campeão do mundo dos «*feather weight*» e leves junior.

O ex campeão do mundo declarou retirar-se definitivamente do ring.



Carlos Oscar da Silva

Parte brevemente para Paris, onde vai assistir aos Jogos Olimpicos Internacionais, o nosso colaborador e amigo Sr. Carlos Oscar da Silva.

Na qualidade de cronista desta secção, o nosso amigo destinará á «Gazeta das Colonias», uma larga documentação sobre os jogos, sobretudo no que respeita ás equipas representativas do nosso pais.

Os factos mais notaveis dos grandes concursos serão aqui commentados com o brilho jornalístico e competencia técnica, que Carlos Oscar da Silva possui.

Este nosso colaborador, que espera demorar-se até ao fim dos Jogos e que por isso assistirá ás mais interessantes lutas desportivas olimpicas, cujo relato publicaremos, fica substituido nesta secção pelo Sr. Gabriel Barradas, cujo valor como jornalista desportivo é já bem conhecido.

Revista de Fotografias

"FOTO-SPORT"

PUBLICA-SE DUAS VEZES POR MEZ

O magazine mais completo

da especialidade

SÉDE: R. Industriaes, 7 e 10

LISBOA

Assinaturas para as Africas

10 numeros

33\$00

ra inglesa e é brilhante nas suas esquivas mas não pode evitar os sócos de Pancho que no seu péso é um magnifico *puncher*.

O combate foi muito movimentado desde o começo, brilhando logo de entrada o trabalho do inglês Villa procurava visivelmente um K-O batendo com muita força no corpo em *hooks* que levaram muitas vezes o adversario até ás cordas. Franchie foi abalado repetidas vezes dando nos a impressão que sucumbiria a cada sóco do adversário.

A partir do sexto *round* Ash co

NOTICIARIO

Tomé José de Barros Queiroz

O nosso muito presado amigo e illustre colaborador, o Sr. Tomé J. de Barros Queiroz, foi ultimamente alvo duma significativa manifestação de simpatia e respeito, pela sua attitude, abandonando os trabalhos parlamentares, com cuja orientação não concordava.

A «Gazeta das Colonias» que tem pelo Sr. Barros Queiroz uma grande estima e muita consideração, regista com enorme prazer todas as manifestações de apreço que lhe sejam prestadas, ás quais se associa, sem qualquer intuito de politica partidaria, que a não anima, mas como homenagem pela isenção, pela honestidade e pelo republicanismo que têm sido as qualidades predominantes do illustre homem publico.

Ministerio das Colonias

Deixou a pasta das Colonias o Sr. Mariano Martins.

A «Gazeta das Colonias», cumpre um dever de gratidão registando aqui os seus sinceros agradecimentos pela boa vontade e pelo apoio que encontrou sempre que a S. Ex.^a se dirigiu.

Novo Governo

Demitiu-se o ministerio da presidencia do nosso illustre colaborador, Sr. Dr. Alvaro de Castro; succedeu-lhe outro da chefia do Sr. Rodrigues Gaspar.

No novo governo está a pasta das Colonias, a que mais particularmente nos interessa, a cargo do Sr. Alvaro de Bulhão Pato, que não é uma figura desconhecida no meio colonial.

S. Ex.^a no discurso da posse, delineou um programa governativo, em que enunciou os problemas que, na realidade, mais instantemente se impõem ao estudo dos governos.

Que S. Ex.^a encontre para a resolução desses problemas todas as facilidades são os nossos sinceros votos e a eles juntamos os respeitosos cumprimentos da «Gazeta das Colonias».

Governo de Angola

Foi publicado o decreto exonerando, a seu pedido, do cargo de Governador Geral interino de Angola, o sr. major Bento Esteves Roma.

Varias

Vão á proxima assinatura os decretos nomeando secretarios provinciais de Moçambique os srs. Engenheiro Manoel Francisco da Costa Serrão, dr. Manoel Moreira da Fonseca, dr. Julio Ribeiro Gomes, respectivamente de Fomento, Interior e Finanças. A nomeação do sr. dr. Moreira da Fonseca deve dar lugar a movimento no quadro judicial ultramarino.

Foram escolhidos para governadores dos distritos de Tete e Moçambique os srs. Coronel Pedro de Sousa e Silva e Capitão Armando Augusto de Campos de Oliveira Pinto, que levam como ajudantes, respectivamente, os srs. Tenente Antonio Sarmento Osorio e Capitão Artur Ernesto de Campos Oliveira Pinto.

Vão ser contratados como contabilistas para a provincia de Moçambique os srs. Tancredo Octavio Faria de Moraes e Carlos Augusto de Oliveira Ramalho.

Foi feito convite aos funcionarios das Alfandegas do Continente, para servir, em Cabo Verde, como chefe dos serviços das Alfandegas da provincia, com o vencimento anual de 48.000\$00.

Está aberto concurso na provincia de Cabo Verde para os logares de professores do ensino primario e professores do liceu. O anuncio vem publicado no Diario do Governo de 7 do corrente.

Foi nomeado delegado do Principe o bacharel Manoel Gonçalves Marques, que deve embarcar para o seu destino dentro de 60 dias.

Foi requisitada para professora do ensino primario na Guiné a professora diplomada, Hermelinda Salomé Oliveira Neve, que deve seguir para aquela provincia no primeiro vapor de setembro.

Consta que virá brevemente a Lisboa o governador de S. Tomé, conferenciar com s. ex.^a o ministro das Colonias, sobre a situação financeira da Colonia, que tenta a agravar-se.

O sr. Tavares de Carvalho, actualmente administrador do Circulo Aduaneiro de Angola, vai reingressar, a seu pedido, no quadro de Fazenda das Colonias.

O sr. Coronel Almeida Santos, secretario provincial do Interior, em serviço em Angola, regressa brevemente á metropole.

Fala-se na redução dos Juizes da Relação de Loanda e na supressão de algumas

das comarcas creadas pelo Alto Comissario Norton de Matos e que nunca chegaram a funcionar. Esta medida de caracter economico, a realizar-se, trará uma pequena demora na promoção de alguns magistrados, nos respectivos quadros.

Per parecer do Conselho Colonial o vencimento do Chefe da Repartição Central da Provincia de Macau será identico ao dos demais chefes de repartição desta colonia, que não sejam chefes de serviço.

Foi determinado ao governador de Timor que chamasse á responsabilidade todos os funcionarios implicados no inquerito á Repartição do Fomento daquela provincia.

Partiu para Macau, como contratado para as obras do Porto, o engenheiro Brandão de Vasconcellos, recentemente chegado de Loanda.

Partiu ha dias para Londres, onde conta demorar-se até ao fim do mez corrente, o nosso illustre colaborador e grande amigo da «Gazeta das Colonias», sr. Paulino dos Santos Gil, a quem apresentamos os nossos cumprimentos e desejamos uma feliz viagem.

AGOAS (Irmãos) Ltd.
7-8, Largo do Intendente, 9-10
LISBOA

Representantes das motocicletas
"Reading Standard"
(a melhor das melhores)

Bicycletes, motocicletas, automoveis e todos os seus accesorios. Reparções e manufactura de toda a mechanica em geral. Serralheria civil. Secção de Comissões e Consignações e conta propria

DÃO-SE AGENCIAS E ACEITA-SE REPRESENTAÇÕES

SEGUROS

**«PORTUGAL PREVIDENTE»
A MAIOR GARANTIA**
*Martimos (condição Inglesa F. R. H.)
Maritimo, Serrarias
e Vida (todas as combinações)*

SEGUROS EM LIBRAS

Rua do Alecrim,
10—LISBOA

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000 Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00
Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarém, Setúbal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Trás-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshasa (Congo Belga), S. Tomé Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E.—Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

TEM UM AUTO,
UM SIDE,
UM CAMION,
UM TRACTOR?

QUER LUBRIFICA-LO
CONVENIENTEMENTE?
DIGA-NOS A SUA MARCA E
RECEBERA' ESTE FOLHETO.



PRODUTO DOS ESTUDOS DOS NOSSOS ENGE-
NHEIROS ESPECIALISTAS, EM COLABORA-
ÇÃO COM OS DAS CASAS CONSTRUTORAS



Mobiloil

INGUIE-SE PELA NOSSA TABELA DE RECOMENDAÇÕES

VACUUM OIL COMPANY